

Vitor Augusto Werner dos Reis

**OS LUGARES OCUPADOS PELO CASO DORA NOS QUATRO
DISCURSOS LACANIANOS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística.
Orientador: Prof.º Dr.º Fábio Luiz Lopes da Silva.

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através
do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Werner dos Reis, Vitor Augusto

Os lugares ocupados pelo caso Dora nos
quatro discursos lacanianos / Vitor Augusto
Werner dos Reis ; orientador, Fábio Luiz Lopes
da Silva - Florianópolis, SC, 2015.

101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão. Programa de Pós
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Psicanálise. 3.
Linguagem. 4. Os quatro discursos lacanianos.
5. Análise do discurso. I. Lopes da Silva,
Fábio Luiz. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística.
III. Título.

Vitor Augusto Werner dos Reis

OS LUGARES OCUPADOS PELO CASO DORA NOS QUATRO
DISCURSOS LACANIANOS

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre,
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em
Linguística.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2015.

Prof. Heronides de Melo Moura, Dr.
Coordenador do PPGL/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Fábio Luiz Lopes da Silva, Dr. (Orientador/UFSC)

Prof. Maurício Eugênio Maliska, Dr. (PPGCL - UNISUL)

Prof. Pedro Heliodoro Tavares, Dr. (USP)

Prof. Sandro Braga, Dr. (PPGL/UFSC)

AGRADECIMENTOS

À Patrícia, minha esposa, por ter sempre acreditado em mim. Pela paciência nos momentos mais críticos. Por escutar e aguentar as minhas queixas. Pelo companheirismo e por todo amor que diariamente me recobres. Pelas palavras generosas e pelos silêncios necessários. Por me ajudar a atravessar mais essa etapa. Sem você, tudo seria mais difícil.

À minha mãe, por ter insistido em minha educação, por todo seu empenho para viabilizar meus estudos, por ter me apoiado na decisão de trilhar o caminho dos livros. Reconheço todo o seu esforço. Muito obrigado.

Ao meu pai pela transmissão possível.

Ao meu orientador, Fábio Lopes da Silva, por ter me acolhido de coração aberto e permitido que eu tocasse em algo do meu desejo.

À banca de qualificação, Prof. Maurício Maliska e Prof. Sandro Braga, pela disponibilidade, pelas indicações e sugestões valiosas.

À minha querida vó Cila, por todo o amor dedicado aos netos.

À tia Amáble (*in memoriam*), por ter me acolhido nos meus primeiros anos de cursinho.

À minha sogra, Cristina, pelo apoio e compreensão. Por sempre tentar facilitar as coisas para que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

À Dona Doloris, pelo lugar que sempre me deu e pelas conversas sobre literatura.

Ao meu analista, Alberto Phillip May, pela escuta cuidadosa e pelas ideias sugeridas para a construção deste trabalho.

Ao psicanalista Maurício Maliska, pela valiosa ajuda num momento difícil deste percurso.

Aos meus irmãos, Juliana e Felipe, pelos bons momentos.

À minha afilhada Isadora, que soube compreender minha ausência nesses últimos meses.

Ao amigo André Moraes Souza, pela compreensão e por sempre se colocar a disposição para me ajudar.

À colega Mitrá, que também decidiu se aventurar pelos caminhos da linguística.

À turma das quartas-feiras, pelos momentos sempre agradáveis de descontração.

Ao meu grande amigo Jack, pela generosidade de sempre manter contato.

Aos colegas e amigos que aqui conheci e que me ajudaram a compreender um pouco mais sobre a linguística e a psicanálise.

Ao CNPq pela bolsa concedida durante os dois anos.

E por fim, aos meus analisantes, que tanto me ensinam.

“A essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras”.

(Jacques Lacan, 1968)

RESUMO

Este trabalho busca estabelecer um diálogo entre a linguística e a psicanálise, a partir da noção de discurso no caso Dora de Freud. Na linguística partimos do estruturalismo, percorrendo as obras de Saussure e Jakobson, na tentativa de apresentar algumas relações com a teoria lacaniana. Depois, no campo da análise do discurso, articulamos o conceito de discurso proposto por essa disciplina, com a noção desenvolvida pela psicanálise. Além disso, indicamos algumas diferenças fundamentais entre a análise do discurso e a linguística tradicional. Já no campo da psicanálise, desenvolvemos alguns conceitos-chave para a compreensão dos quatro discursos lacanianos, que são trabalhados isoladamente e depois retomados no capítulo “análise do caso Dora”. Nesse ponto, buscamos articular os discursos que compõem o caso clínico a partir dos conceitos desenvolvidos pela análise do discurso, mas fundamentalmente, pelos quatro discursos lacanianos. Concluimos que essa articulação, atravessada pelo real da linguagem, é possível na medida em que se reconhece uma diferença entre a linguística e a psicanálise.

Palavras-chave: Linguística; Psicanálise; Análise do Discurso; os quatro discursos lacanianos; caso Dora.

ABSTRACT

This paper aims to establish a dialogue between linguistics and psychoanalysis based on the notion of discourse present in Freud's Dora case study. Regarding linguistics, this paper builds from structuralism, covering the works of Saussure and Jakobson, in an attempt to present connections with the Lacanian theory. Then, in the field of discourse analysis, this work articulates the concept of discourse proposed by linguistics and the notion developed by psychoanalysis. In addition, the paper points out some fundamental differences between discourse analysis and traditional linguistics. In the psychoanalysis field, key concepts were developed in order to understand the four Lacanian discourses, which are presented separately and then reintroduced in the chapter entitled "analysis of the Dora case study". At this point, the discourses in the case study are discussed based on the concepts developed through discourse analysis and especially through the four Lacanian discourses. The conclusion is that this articulation – permeated by the Real of the language – is possible as the difference between linguistics and psychoanalysis is acknowledge.

Keywords: Linguistics; Psychoanalysis; Discourse Analysis; four Lacanian discourses; Dora case study.

RÉSUMÉ

Ce travail essaie d'établir un dialogue entre la linguistique et la psychanalyse à partir de la notion de discours dans le cas Dora de Freud. En linguistique, nous partons du structuralisme, parcourant les oeuvres de Saussure et Jakobson dans la tentative d'y trouver un rapport avec la théorie lacanienne. Ensuite, dans le domaine de l'analyse, nous établissons le rapport entre le concept de discours proposé par cette discipline et la notion développée par la psychanalyse. En plus, nous indiquons quelques différences fondamentales entre l'analyse du discours et la linguistique traditionnelle. D'autre part, dans le domaine de la psychanalyse nous avons développé certaines notions-clé pour la compréhension des quatre discours lacaniens qui sont étudiés séparément pour les reprendre, plus loin, dans le chapitre "analyse du cas Dora". C'est alors que nous cherchons à mettre en rapport le discours qui compose le cas clinique en partant des concepts développés par l'analyse du discours, notamment par les quatre discours lacaniens. Nous avons conclu que cette articulation, traversée par le réel du langage, est possible dans la mesure où l'on reconnaît une différence entre la linguistique et la psychanalyse.

Mots-clés: linguistique, psychanalyse, analyse du discours, les quatre discours lacaniens, le cas Dora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – ENTRE A LINGUÍSTICA E A PSICANÁLISE ..	24
1.1 O TRIPÉ ESTRUTURALISTA: UMA LEITURA CLÁSSICA	24
1.2 SAUSSURE: O COMEÇO DE TUDO?	29
1.3 FREUD E A LINGUAGEM DO INCONSCIENTE	31
1.4 LACAN E A LINGUÍSTICA	36
1.5 A SANTÍSSIMA TRINDADE: FALA, SUJEITO E OUTRO... ..	41
CAPÍTULO II – A ANÁLISE DO DISCURSO.....	48
2.1 UM OUTRO DISCURSO NA LINGUÍSTICA	48
2.1 O NÃO-DITO	52
2.2 O SILÊNCIO	53
CAPÍTULO III – O CASO DORA	57
3.1 A ESTRUTURA DO CASO.....	57
3.2 OS DOIS SONHOS DE DORA	61
CAPÍTULO IV – OS QUATRO DISCURSOS LACANIANOS.....	63
4.1 UM BREVE HISTÓRICO.....	63
4.2 A PRODUÇÃO DOS QUATRO DISCURSOS	64
4.3 O DISCURSO DA PSICANÁLISE.....	70
4.4 O DISCURSO DO MESTRE	72
4.5 O DISCURSO DO UNIVERSITÁRIO	74
4.6 O DISCURSO DA HISTÉRICA	75
CAPÍTULO V – ANÁLISE DO CASO DORA	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Desde Freud, a psicanálise busca dialogar com os diversos campos do saber. Não é novidade a paixão de Freud pela filosofia de Hegel e Schopenhauer; pela literatura de Goethe, Shakespeare, Hoffmann, Dostoievski; pelas mitologias, fundamentais para a teoria do Complexo de Édipo (FREUD, [1897]/2006); pelas religiões, principalmente no que tange às questões do judaísmo, evidenciadas no célebre trabalho “Moisés e o monoteísmo”¹ (FREUD, [1939]/2006) e pelas artes, com Leonardo da Vinci, Michelangelo, dentre outros². Surpreende o número de interlocuções que Freud estabelece com outras áreas do conhecimento, sendo a maioria delas oriundas das ciências humanas e da linguagem e não das ciências médicas, seu ponto de partida.

Lacan segue os passos de Freud e desde os seus primeiros trabalhos apropria-se de outras teorias utilizando-as à sua maneira para estruturar e fundamentar a teoria psicanalítica. No final dos anos 50 e início da década de 1960, a linguística é a “menina dos olhos” de Lacan. Nessa época, seus esforços teóricos estavam direcionados para o registro simbólico da experiência psíquica – o campo da linguagem –, onde Lacan foi buscar as bases conceituais que possibilitaram o desenvolvimento de seu projeto freudiano. Para isso, Lacan contou com as obras de dois linguistas estruturalistas: Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson³.

No campo da antropologia, Lacan recorreu aos trabalhos do também estruturalista Claude Lévi-Strauss, dando destaque à obra “As estruturas elementares do parentesco” ([1949]/1982). Segundo Souza (2008), o que Lévi-Strauss observou, e que passou a ter importância para Lacan, é que os elementos da linguagem tinham uma função essencial no desenvolvimento e no próprio sujeito, uma vez que exerciam uma função de dominância sobre o orgânico. Dessa forma, a função simbólica estabelecida pelo antropólogo foi essencial para o

¹ Outra tradução possível seria “O homem Moisés e a religião monoteísta”.

² Os campos de investigação desenvolvidos por Freud não se limitam aos apresentados neste parágrafo. No entanto, não cabe a presente dissertação tentar esgotá-los.

³ Os principais conceitos de Saussure e Jakobson, presentes na obra lacaniana, serão brevemente apresentados no capítulo I: “Entre a Linguística e a Psicanálise”.

desenvolvimento da obra lacaniana, principalmente no que diz respeito à linguagem.

Assim como Freud, Lacan também produziu a partir dos mitos, artes e literatura. Dedicou todo um seminário, livro 23, “O sinthoma” ([1975-76]/2007) para trabalhar a obra do escritor irlandês James Joyce, assim como o seminário, livro 8, “A transferência” ([1960-61]/2010)] para discorrer sobre “O banquete de Platão”. Recorreu à filosofia de Hegel ao estabelecer, entre os quatro discursos, o discurso do mestre, e a Karl Marx quando definiu o conceito “mais-de-gozar”, apropriando-se da ideia de mais-valia. Cabe observar, que os exemplos citados acima são apenas ilustrações de algumas das apropriações feitas por Lacan. Há, seguramente, outros importantes autores que influenciaram à sua obra.

Das várias apropriações lacanianas, podemos dizer que a direcionada à linguística teve um papel fundamental para a “sobrevivência” da psicanálise. Naquele momento, pouco mais de uma década após a morte de Freud, a psicanálise ocupava um lugar *entre* a psiquiatria e a psicologia do Ego, afastando-se da concepção básica, porém fundamental para a sua prática: a da linguagem. É nesse cenário que Lacan inicia o seu projeto de retorno à letra freudiana, dando um outro rumo à psicanálise.

Assim como a linguística, a psicanálise habita e é habitada pela linguagem. Seria ingênuo de nossa parte acreditar que o único interesse da psicanálise no campo da linguagem estaria vinculado ao método freudiano *talking cure*, voltado para a fala do paciente. Para além da função enunciativa, “é o equívoco, a pluralidade de sentido que favorece a passagem do inconsciente no discurso” (COUTINHO JORGE, 2008, p.85). Quando Lacan formula que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, ele se refere ao fato de que o inconsciente, segundo a construção freudiana, manifesta-se na experiência clínica, por meio de suas formações – chistes, sonhos, atos falhos e sintoma. Mesmo inapreensível ao sujeito, o saber inconsciente apresenta, além de um real, uma dimensão simbólica, que irrompe através da linguagem. O inconsciente é uma linguagem que, em seu dizer, produz seu próprio escrito. Escrito este que não cessa de não se inscrever, pois nunca é suficientemente simbolizado.

O que tentaremos apresentar ao longo desse trabalho é um diálogo possível entre a linguística e a psicanálise. Frente aos inúmeros conceitos e subáreas que constituem esses dois campos do conhecimento, decidimos aprofundar os nossos estudos em torno do conceito de discurso. Na linguística, partiremos do estruturalismo, passando por Saussure e Jakobson para chegar à análise do discurso. Já

no campo da psicanálise, apresentaremos alguns conceitos-chave para embasar a discussão com a linguística, mas principalmente para auxiliar na compreensão dos quatro discursos lacanianos, que serão desenvolvidos à luz de um trabalho clínico de Freud: “o caso Dora”. Nesse ponto, tentaremos estabelecer um diálogo entre os lugares ocupados pelo caso Dora nos quatro discursos lacanianos, identificando aproximações e deslocamentos entre os discursos que compõem o caso clínico e aqueles conceituados por Lacan.

Os quatro discursos lacanianos, o Discurso do mestre (DM), da histórica (DH), da psicanálise (DP) e do universitário (DU), constituem uma tentativa de simbolizar, por meio dos matemas⁴, a relação (im)possível entre o sujeito e o outro⁵ de cada discurso. De acordo com Souza (2008), o discurso obedece a uma condição que vem fazer limite entre o real e o simbólico, através de uma estrutura discursiva que sustenta um significado específico a partir da relação entre os quatro lugares⁶ possíveis para cada discurso.

A partir dos quatro discursos, Lacan funda uma nova maneira de estabelecer e conceituar o laço social. Segundo Souza (2008), a noção de discurso como um tipo de liame social está ancorada entre dois lugares distintos, o do *sujeito* e o do *outro significante*, sendo que entre eles não

⁴ Lacan iniciou a conceituação da linguagem dos matemas entendendo que essa era a única maneira de assegurar a transmissibilidade integral do saber psicanalítico.

⁵ Semelhante.

⁶ Na psicanálise, não há diferença conceitual acerca dos termos posição e lugar. Ambos são empregados como sinônimos. Já na análise do discurso, lugar e posição são definidos como duas categorias distintas. Segundo Orlandi (2009), enquanto a primeira vai dar conta dos lugares ocupados pelos sujeitos empíricos dentro de uma sociedade de relações hierarquizadas, como o padre, que ocupa um lugar reconhecido socialmente, e fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis. A segunda abarcará as projeções feitas pelos sujeitos em momentos como, por exemplo, o da antecipação do efeito de sentido causado pelo discurso em um determinado interlocutor. A posição refere-se a singularidade do sujeito no discurso. “Ela significa em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito)” (ORLANDI, 2009, p.40). É assim que o sentido emerge na AD, a partir da posição do sujeito, como efeito de um discurso em construção, de uma produção que implica aspectos materiais, institucionais e imaginários.

Quando trabalharmos com os conceitos psicanalíticos, tomaremos o termos lugar e posição como sinônimos. Já no campo da análise do discurso, adotaremos as diferenças conceituais entre os dois termos.

há uma interlocução, uma produção de diálogo. O que define a identidade de cada discurso não são as palavras, mas os lugares ocupados por seus termos.

De acordo com Elia (2002), o discurso já não é, assim, nem equivalente nem coextensivo à linguagem. De modo geral, não se trata de refutar a importância da linguagem, nem mesmo reduzi-la, mas de incluir uma outra dimensão a esse campo. Segundo Souza (2008), quando Lacan afirma que “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras” (p.101), ele vem sugerir que a estrutura do discurso não necessita somente de elementos verbalizados e nem sequer que se precise compreendê-la. De acordo com Coutinho Jorge (2008), os quatro discursos encontram-se num lugar *entre* no ensino de Lacan, pois não ocupam um lugar absolutamente simbólico, tampouco sustentam uma posição unicamente do real.

A contribuição da análise do discurso para o presente trabalho vai justamente nessa direção, pois frente ao discurso “ilusório” da linguística clássica – homogêneo, fonte e senhor de seu dizer – a análise do discurso denuncia, nas palavras de Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso. A linguagem e o sujeito são duas faces da mesma moeda, que se atravessam na exterioridade de seus equívocos. A análise do discurso ecoa a máxima freudiana, para a qual poderíamos propor o seguinte deslocamento: o sujeito não é o senhor do próprio discurso. “As palavras são, sempre e inevitavelmente, as palavras dos outros” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26). Há sempre um Outro⁷ que atravessa o discurso, que o significa pelo dito, pelo não-dito ou pelo silêncio. Segundo Orlandi (2007), “o homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, [...] ele está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico” (p.31).

O conceito de discurso desenvolvido pela análise do discurso vai nos possibilitar avançar no diálogo entre essa disciplina e os quatro discursos lacanianos. Isso porque afirma que os sentidos produzidos pelo discurso estão sempre subordinados à posição que o sujeito ocupa na relação com o outro. Os sentidos não estão nas palavras por elas mesmas. Estão além delas, pois se encontram na posição social, ideológica e histórica de cada produção discursiva.

⁷ O grande Outro lacaniano, grafado com “A” (Autre), não significa o semelhante da espécie humana, este grafado com “a” minúsculo, mas, sim, o Outro da linguagem, é dele que se trata na função da fala. (ALVES, 2012).

Com relação ao *caso Dora*, trabalhá-lo nesse projeto será uma forma de desenvolver a clínica e a pesquisa em psicanálise, uma vez que tanto esta como aquela não existem como objetos disjuntos, estão sempre enlaçadas, mesmo quando pesquisadas separadamente. Segundo Birman (1992), não há clínica sem pesquisa, assim como não existe pesquisa sem clínica em psicanálise. A teoria psicanalítica é construída a partir da experiência clínica, que, por sua vez, é sustentada pelo desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, propor um retorno à experiência clínica freudiana, à luz de um conceito fundamental na obra de Lacan, é aproximar, ainda mais, os laços entre a prática e a teoria psicanalítica.

O trabalho que tentaremos desenvolver ao longo dessa dissertação poderia ser realizado com qualquer caso clínico, já que os quatro discursos estão presentes em toda prática analítica. Desse modo, não há nenhum motivo específico que justifique a escolha do caso Dora, somente o que concerne a sua notoriedade e a de seu autor. O estudo a partir de um texto já consolidado possibilita uma imersão mais profunda na singularidade do caso, permitindo a extração daquilo que lhe pertence com exclusividade, e o acesso ao que ele traz de universal.

O método em psicanálise é por natureza interpretativo. No contexto acadêmico, a transposição do método interpretativo da clínica depara-se com alguns limites. A pesquisa universitária trabalha com textos escritos (GARCIA-ROZA, 1994). A interpretação quando aplicadas a estes textos, como no método proposto por Laplanche ([1978]/1998), busca ser uma leitura histórica, problematizante e interpretativa. Este autor ressalta que é possível utilizar-se do método psicanalítico não no sentido de interpretar as fantasias de seus autores, mas, sim, se atendo às categorias heurísticas, como a atenção a detalhes dissonantes, a reconstrução do contexto, a noção de *a posteriori*, etc. Laplanche ([1978]/1998) aponta que o objeto da pesquisa psicanalítica é constituído por textos e não por aquilo que se costuma nomear como material clínico, ainda que se tratem de textos que busquem descrever, conceituar e explicar um universo de fenômenos que remetem direta ou indiretamente à situação analítica original (MEZAN, 1993).

A pesquisa psicanalítica tem algumas peculiaridades: não traz inovações quanto à escolha dos sujeitos, nem mesmo quanto aos procedimentos de “coletas de dados” ou instrumentos e materiais empregados (IRIBARRY, 2003). Segundo Iribarry (2003), “tais etapas metodológicas ficam a critério da criatividade do pesquisador” (p.124), a particularidade da pesquisa fica por conta do acento dado ao

procedimento de análise dos dados, guiado pela leitura dirigida da escuta e pela transferência do pesquisador ao texto.

Pode-se dizer que a subjetividade do pesquisador move a análise dos dados de pesquisa, e essa foi uma das grandes contribuições de Freud, no sentido da construção de uma teoria, de um método e de uma técnica de tratamento, que rompe com o princípio da neutralidade do pesquisador, característico da ciência. Freud trabalhou a partir de suas inclinações pessoais diante dos “dados” de sua pesquisa, dando à sua subjetividade um lugar fundamental para desenvolvimento de sua teoria (FÉDIDA, 1992).

O modelo de pesquisa em psicanálise é o resultado do diálogo permanente entre a teoria e a clínica. Como afirma Safra (1994), “a articulação teórica sem referência clínica corre o risco de se aproximar das manifestações dos pensamentos delirantes” (p.51), e por sua vez “a clínica sem a conceitualização teórica pode perder-se na indisciplina de uma prática onipotente e sem vigor metodológico” (p.51). Toda leitura/escuta é orientada, antes de tudo, pelas concepções teóricas do pesquisador/analista e por sua subjetividade.

Para uma leitura mais didática dividimos o texto em cinco capítulos. Tentamos agrupar os capítulos por afinidades teóricas, seguindo dos conceitos mais básicos para aqueles que exigem um maior desenvolvimento. O primeiro capítulo trata inicialmente de contextualizar a linguística e a psicanálise dentro do movimento estruturalista. Posteriormente, são apresentados os principais pontos de convergência e divergência entre as duas teorias, assim como os conceitos mais fundamentais para a possibilidade desse diálogo.

O segundo capítulo destina-se à análise do discurso e às possíveis aproximações com a psicanálise lacaniana, principalmente com os quarto discursos, e as divergências com a linguística clássica. Após uma breve contextualização, são apresentadas as três principais modalidades discursivas: a palavra, o não-dito e o silêncio.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentação do caso Dora. O texto descrito leva em conta os objetivos do trabalho, fazendo com que alguns pontos sejam mais explorados do que outros. Não buscamos uma transcrição do caso, até porque, o próprio autor o publicou como “um fragmento da análise de um caso de histeria”. Assim, nossa intenção é trabalhar o caso clínico a partir da noção de *corpus* desenvolvida pela análise do discurso, que privilegia a subjetividade do autor em sua composição textual.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico sobre o movimento político conhecido como Maio de 68, com o intuito de

contextualizar os acontecimentos que antecederam a elaboração do conceito lacaniano dos quatro discursos. Depois, a matriz teórica utilizada por Lacan para desenvolver os quatro discursos é analisada, para só em seguida, cada discurso ser trabalhado separadamente.

Por fim, o capítulo cinco relaciona os quatro discursos lacanianos com o caso Dora, levantando questões que envolvem a análise do discurso e alguns conceitos lacanianos.

CAPÍTULO I – ENTRE A LINGUÍSTICA E A PSICANÁLISE

1.1 O TRIPÉ ESTRUTURALISTA: UMA LEITURA CLÁSSICA

No ano de 1953, Jaques Lacan, após um longo período de desentendimentos com a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), demite-se para juntar-se a Daniel Lagache, Françoise Dolto e seus amigos que acabavam de fundar a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP). Segundo Roudinesco (2008), a principal causa acerca do conflito entre a SPP e Lacan estava em sua prática clínica. Lacan não se curvava às regras técnicas estabelecidas pela Associação Internacional de psicanálise (IPA), principalmente no que dizia respeito à duração fixa das sessões. Lacan empregava, de acordo com Roudinesco (2008), “uma técnica de sessão com duração variável (...)” (p.53).

Além dos conflitos com a SPP acerca de sua prática clínica, Lacan debruçou-se, desde o início de sua formação, à causa freudiana. Seu projeto ia de encontro à situação da psicanálise na França após a morte de Freud, principalmente no começo dos anos 50. Segundo Dosse (2007), “o que se tinha em 1950 como freudismo era uma espécie de mistura médica e biológica” (p.84). Não havia espaço para invenções, retornar a Freud significava reproduzi-lo à maneira de alguns psicanalistas da primeira geração da SPP.

A cisão de 1953 não produziu apenas uma ruptura entre Lacan e a SPP. Para além de uma simples dissidência, Lacan rompia também com a IPA, instituição detentora e reguladora da prática psicanalítica. Lacan não estava mais recoberto pelo véu simbólico e “científico” da IPA, que “autorizava e garantia” a sua prática. Lacan e os demais colegas estavam em “nome próprio”, uma vez que, pelo menos naquele momento, a IPA não aceitou reconhecer a SFP como uma instituição apta à prática psicanalítica.

Mesmo membro da SFP, Lacan estava sozinho em seu projeto de um retorno a Freud. De acordo com Dosse (2007), Lacan procura bases institucionais e teóricas que garantam que seu projeto em gestação pudesse avançar. Lacan apoia-se desta vez explicitamente no paradigma estruturalista que se assume como a própria expressão da modernidade em ciências sociais (DOSSE, 2007). Sua ambição é assegurar à psicanálise o acesso ao nível de uma ciência, estruturada a partir do retorno à obra de Freud. No entanto, esse retorno não se dá de forma direta, sem intermediários. Lacan retorna às fontes freudianas

atravessado pelo estruturalismo e por todo suporte que este poderia lhe oferecer.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, o estruturalismo conheceu o seu êxito na França. Segundo Dosse (2007), as razões para tal êxito encontram-se, fundamentalmente, em um paradigma. De um lado, o estruturalismo apresentava a possibilidade do rigor metodológico, uma esperança, principalmente para as ciências humanas, de se fazer ciência sem se apoiar no historicismo e no humanismo. Por outro, o estruturalismo foi produtor de uma consciência crítica frente às tradições vigentes que o colocou no *hall* de uma ciência moderna. Em diferentes níveis, o estruturalismo possibilitou uma reflexão e um diálogo entre o rigor metodológico das ciências exatas e da natureza com as ciências sociais, que, até então, eram marginalizadas, tratadas como uma espécie de subciência.

Segundo Merquior (1991), o estruturalismo não foi um movimento unificado, tendo em vista as diferentes áreas intelectuais que o compunham. É, segundo o autor, um estilo de pensamento no lado humanístico do conhecimento. As críticas ao humanismo e ao historicismo são críticas direcionadas ao modo de pensar associado ao existencialismo, movimento que dominou grande parte da filosofia francesa a partir da Segunda Guerra Mundial. O existencialismo, que tem sua maior expressão nas ideias de Jean Paul Sartre, trabalha a partir de duas tônicas: concentra-se nas peculiaridades da condição humana (humanismo) e na propensão de ver a experiência humana em um contexto de mudança histórica (historicismo).

Derivado da fenomenologia de Edmund Husserl, o existencialismo ampara-se na primazia da consciência como principal característica de sua doutrina. De acordo com Husserl (2001), em Sartre, o homem escolhe continuamente o seu destino. Sua liberdade não é um conceito, mas uma condição humana. Diferentemente da máxima freudiana, em que “o eu não é o senhor da sua própria casa” (FREUD [1917]/2006, p.178), “o homem sartreano só existe pela intencionalidade de sua consciência” (DOSSE, 2007, p.33), sendo sim, elevado a senhor da sua própria casa, posto que é pura consciência.

Avesso aos valores antigos e normativos, o estruturalismo não estava interessado nas teses diacrônicas do historicismo tradicional, mas, sim, na história que ainda não fora contada, no oposto do sentido manifesto, no inacessível da história ocidental (DOSSE, 2007). O rigor defendido pelo estruturalismo não equivale a uma ação intencional, ou

mesmo consciente, mas ao abandono de uma análise fenomenológica para que pudessem identificar as motivações desconhecidas ou muitas vezes ignoradas da conduta humana (MERQUIOR, 1991). Não por acaso, as duas áreas do conhecimento que mais se apropriaram do movimento estruturalista foram a psicanálise e a antropologia, uma vez que ambas privilegiam o inconsciente – mesmo que se trate de concepções teóricas e operatórias diferentes - em seu *corpus* teórico (DOSSE, 2007).

Comumente, três áreas das ciências humanas são reconhecidas como os pilares do estruturalismo: a linguística, representada por Roman Jakobson e Ferdinand de Saussure, a Antropologia de Lévi-Strauss e a psicanálise lacaniana. Esse estilo de pensamento engloba fenômenos muito diversificados, uma vez que cada disciplina exerce, de diferentes formas e intensidades, uma importante influência sobre as outras, fato que não exclui a existência de uma base unificadora, encontrada no modelo da linguística moderna e na figura daquele que é apresentado como o seu fundador: Ferdinand de Saussure.

Lacan encontrou na Linguística Estrutural a pedra angular que traria a psicanálise de volta para o seu campo específico – o da linguagem, do qual os psicanalistas pós-freudianos haviam se afastado. Para isso, submete-se ao pensamento estruturalista, apropriando-se da obra de Saussure, principalmente do seu conceito de signo linguístico, que, segundo Dosse (2007), é retomado por Lacan “a fim de minorar o significado em proveito do significante numa torção que acentua ainda o caráter imanente da abordagem da língua” (p.87). Tanto a Antropologia de Claude Lévi-Strauss quanto a linguística de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson foram a porta de entrada de Lacan rumo à “restauração da originalidade freudiana da experiência do inconsciente, sob a égide de uma hipótese tão audaciosa como esta: o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (DOR, 1989, p.12).

Segundo Roudinesco (2008), Lacan teve contato com a obra de Saussure a partir da leitura das obras do psicólogo francês Henry Delacroix e, mais tarde, em contato com o psicanalista argentino Pichon. No entanto, sua apropriação real dos princípios da Linguística Estrutural, definidos pelo sistema saussuriano, dá-se do encontro com a obra de Lévi-Strauss, principalmente com a publicação em 1949 das “Estruturas elementares do parentesco”. Tanto a Antropologia de Lévi-Strauss quanto a linguística de Saussure e Jakobson possibilitaram que Lacan realizasse o seu projeto freudiano atravessado por uma nova forma de produzir a psicanálise.

Os primeiros contatos de Lacan com a obra saussuriana ocorrem por intermédio de Lévi-Strauss. No entanto, até que Saussure chegasse a Lacan, muitas fronteiras foram transpostas. Foi só a partir do encontro entre dois exilados judeus nos EUA, que o “Curso de Linguística Geral” recebeu a devida atenção, isso quase 30 anos após a sua publicação. Longe dos seus países e fugindo da perseguição nazista, o encontro entre o francês Claude Lévi-Strauss e o russo Roman Jakobson, não poderia ter sido mais fecundo.

Na ocasião, foi Jakobson que apresentou a obra de Saussure a Lévi-Strauss, que logo se apropria dos seus principais conceitos, principalmente da ideia de sistematização da língua. Desse modo, foi a leitura saussuriana de Jakobson, somada à sua imersão nos avanços científicos conduzidos por Trubetzkoy⁸ no campo da fonologia, que produziu a primeira versão daquilo que mais tarde seria considerado o início do pensamento estruturalista.

Jakobson relaciona dois conceitos linguísticos de forma a produzir um terceiro. Apropria-se do conceito de relações sintagmáticas e associativas de Saussure, e da ideia de Trubetzkoy de dividir um determinado segmento de língua em segmentos cada vez menores, tendo, ao mesmo tempo, de identificá-los por meio das substituições permitidas pela língua.

Segundo Saussure ([1916]/2006), a relação entre os eixos sintagmático e associativo produz a cadeia da fala. O eixo sintagmático é responsável pela relação entre os elementos presentes no mesmo segmento de língua. Seu valor linguístico é produzido a partir da combinação de seus elementos. De acordo com Saussure ([1916]/2006), “colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos” (p.208). No eixo associativo, segundo Merquior (1991), as relações são entre o mesmo elemento e outros ausentes, mas mutuamente substituíveis. Um elemento pode ser associado com outro(s) sempre que as palavras oferecerem algo em comum. Conforme Saussure ([1916]/2006), essas associações não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada, “sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (p.42).

Como exemplo, adotemos a palavra “pato” para compreendermos as relações produzidas em cada eixo saussuriano. Segundo Merquior

⁸ Roman Jakobson foi discípulo direto do linguista russo Nikolai Trubetzkoy.

(1991), o seu primeiro fonema, /p/, será definido de duas formas: com relação às possíveis substituições significativas, de /p/ para /g/ - e assim por diante, formando a palavra “gato”; e com relação aos outros fonemas presentes na mesma palavra. Transpondo essas duas definições fonológicas para os eixos de produção da fala, teremos uma situação análoga no eixo associativo, sendo que a substituição não se restringiria somente aos fonemas, mas também às palavras; e no eixo sintagmático, estendendo as relações entre os fonemas de uma mesma palavra para as combinações entre os vários elementos de uma sentença.

Em seu trabalho sobre as afasias, Jakobson transpôs para os eixos sintagmático e associativo⁹ a dicotomia metáfora/metonímia (MERQUIOR, 1991). A partir dessas duas figuras de linguagem, Jakobson definiu um novo conceito de signo linguístico, estabelecido a partir da diferença entre duas espécies de distúrbios de fala. Segundo o autor, no “distúrbio de similaridade”, o paciente desenvolveria uma deficiência de seleção. Como efeito, apresentaria dificuldades ou seria incapaz de selecionar e/ou substituir uma palavra por outra. Nesse caso, o afásico recorreria à metonímia como forma de comunicação. Com relação ao “distúrbio de contiguidade”, o paciente teria uma deficiência de combinação e de contexto; há uma desordem no discurso, um caos na associação das palavras para a formação da sentença. O afásico preserva a palavra núcleo de seus enunciados e tende a reduzir o discurso a pequenas construções frasais, recorrendo à metáfora como instrumento de comunicação.

Cada uma dessas patologias afeta um dos eixos da linguagem: a seleção está para a dimensão paradigmática, que depende do processo metafórico, assim como a substituição está para o eixo sintagmático em que se processa a metonímia. Segundo Jakobson ([1967]/2010), os distúrbios da fala podem afetar, em graus diversos, a capacidade de concretizar uma das duas operações acionadas pelos falantes. De acordo com Souza (2008), Jakobson propõe uma estrutura de linguagem fundada numa lógica de oposições que se organiza segundo dois eixos principais: um de seleção (polo metafórico) e um outro de combinação (polo metonímico). Para o linguista, todo o ato de fala está determinado por essas duas operações, que passam a funcionar de maneira simultânea.

⁹ Jakobson substitui o termo *associativo*, proposto por Saussure, por *paradigmático*. Doravante vamos utilizar o termo jakobsoniano.

Jakobson estrutura o signo linguístico a partir de um sistema binário, onde a mensagem é produzida pela ausência ou presença de termos no eixo sintagmático ou paradigmático. Segundo Souza (2008), Lacan apropria-se desse conceito jakobsoniano para propor sua definição canônica de inconsciente. Um sistema que “se estrutura como uma linguagem” e que tem seu funcionamento regulado pelo movimento destes dois eixos estabelecidos por Jakobson” (SOUZA, 2008, p.24).

Retornando a Lévi-Strauss, Merquior (1991) nos indica que o antropólogo serviu-se do “modelo lógico”¹⁰ produzido pela linguística, para por meio dele, entender outras formas de comunicação social. Lévi-Strauss produziu uma revolução no pensamento filosófico e antropológico de sua época. Rompendo com o naturalismo, buscou desbiologizar o fenômeno antropológico, apresentando um novo olhar sobre conceitos antes atribuídos exclusivamente à biologia, como a questão da consanguinidade.

O que antes era analisado em termos de filiação, como a questão das múltiplas práticas matrimoniais, com Lévi-Strauss assume uma outra interpretação: passa a significar um fato social. De acordo com Dosse (2007), a proibição não é mais reduzida a um fato puramente negativo, mas, pelo contrário, como positivo, fundador da ordem social. “O sistema de parentesco é analisado como dependente de um sistema arbitrário de representação, à maneira da arbitrariedade do signo saussuriano” (p.52). A noção de sistema e a existência de uma correspondência formal entre a estrutura da língua e a do sistema de parentesco garantiram a Lévi-Strauss aquilo que mais tarde Lacan também vai encontrar na Linguística Estrutural: um modelo de ciência.

1.2 SAUSSURE: O COMEÇO DE TUDO?

Não é raro encontrarmos entre os autores que estudam o estruturalismo uma preocupação em buscar a sua verdadeira origem. Comumente, o nascimento do estruturalismo é atribuído aos linguistas do *Círculo de Praga*¹¹, que segundo Merquior (1991) “acreditavam que

¹⁰ Segundo Merquior (1991), esse modelo lógico baseia-se na primazia da estrutura e na ideia de que o foco da estrutura consiste num número finito de componentes.

¹¹ O círculo de praga, também conhecido como “escola de praga” era constituído por um grupo de críticos literários e linguistas, que se reunia na cidade de Praga entre os anos de 1928 a 1939.

a sua ruptura metodológica na fonologia, [...] era parte de uma tendência científica maior” (p.19). Seu maior representante, ao lado de seu discípulo Roman Jakobson, o russo Nicolai Trubetzkoj, definiu o que mais tarde seriam os pressupostos epistemológicos do estruturalismo. Escreveu ele: “a época em que vivemos é caracterizada pela tendência em todas as disciplinas científicas de substituir o atomismo¹² pelo estruturalismo [...]. Essa tendência pode ser observada na física, química, biologia, psicologia, economia, etc.” (TRUBETZKOJ *apud* MERQUIOR, 1991, p.19). Se o estruturalismo é fundado a partir do modelo fonológico de Trubetzkoj, que, segundo Merquior (1991), satisfaz todas as condições para elevar a linguística ao *status* de disciplina científica, por que é Ferdinand de Saussure, mesmo nunca tendo usado a palavra “estrutura” no “Curso de Linguística Geral”¹³ (CLG), que ganha os louros de fundador da linguística moderna?

Ousamos dizer que esse coroamento instituído a Saussure foi a tentativa de sua segunda morte. Diferentemente de Sócrates que teve a possibilidade de escolher entre o exílio e a cicuta, a obra saussuriana é uma construção sem o consentimento do autor. Ao preço de manter Saussure como o fundador da linguística moderna, reduzem a sua obra a um modelo científico, engessando toda tensão e suturando todas as fendas contidas em seu texto, uma armadilha que acaba jogando Saussure contra ele mesmo. Consideramos que o marco da linguística moderna está ancorado num projeto que fracassa. Sua obra inaugural, o CLG, foi estabelecida por terceiros, trazendo, segundo Maliska (2003), “questionamentos em relação à fidelidade aos verdadeiros propósitos do pensamento saussuriano” (p.24), uma vez que toda a construção do CLG apoia-se num modelo interpretativo, baseado na parcialidade das anotações de alguns de seus discípulos e nos cruzamentos e interpretações dessas informações, sintetizadas por Charles Bally e Albert Sechehaye.

Nossa crítica não aponta diretamente para o CLG, obra que resiste há quase 100 anos, mas para as suas apropriações, um tanto questionáveis, que pressupõem, segundo Settineri (2002), uma “evolução” das ideias de Saussure. Reconhecemos as diferentes críticas

¹² Segundo Abbagnano (1998), o atomismo filosófico propõe que a consciência, a sociedade ou a linguagem são constituídas de elementos simples irreduzíveis, cujas diferentes combinações explicam todas as suas modalidades.

¹³ Obra publicada postumamente a partir das anotações de alguns de seus alunos.

à obra saussuriana, mas a insistência de alguns linguistas e psicanalistas em servir-se de um Saussure “pronto”, talvez dificulte, ainda mais, o diálogo entre as próprias disciplinas da linguística, e destas com a psicanálise.

Dessa forma, não ignoramos todo o empenho de Bally e Sechehaye pela incrível síntese e transmissão das ideias de Saussure. Contudo, tal fato não invalida nossos questionamentos, que tem como finalidade, abrir caminho para novos entendimentos acerca dos ensinamentos saussurianos. Os principais autores que fomentam essa discussão, Simon Bouquet, Tulio de Mauro, Robert Godel e Eisuke Komatsu, trazem, cada um à sua maneira, um outro olhar acerca da obra e da história de Saussure. Em alguns momentos da dissertação, vamos transitar entre o Saussure “clássico” e o “Outro” Saussure, tecendo nossa leitura psicanalítica, sobretudo a respeito do significante e das relações sintagmáticas e associativas, “na tentativa de articular conceitos que possam nos auxiliar na elucidação das relações entre inconsciente e linguagem. Para isso, necessitamos da linguística, e necessitamos da psicanálise” (SETTINERI, 2002, p. 287).

Nosso intuito é trabalhar as várias facetas da linguagem na teoria psicanalítica, julgando que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, [1966]/1998, p. 882)¹⁴. Reconhecemos que as relações entre a psicanálise e a linguística são complexas, mas que, segundo Milner (2010), “essas relações evoluíram; elas foram, com efeito, tão profundamente transformadas pela obra de Jacques Lacan que se pode falar, a esse respeito, de corte” (p.2). De fato, convém distinguirmos duas questões: a relação da psicanálise com o fenômeno da linguagem; e a questão da psicanálise e de sua relação com a linguística, ciência que toma como objeto toda ou uma parte da linguagem (MILNER, 2010).

1.3 FREUD E A LINGUAGEM DO INCONSCIENTE

Desde Freud, a psicanálise busca demonstrar os efeitos do inconsciente. Procedendo rigorosamente, Freud sempre recorreu a linguagem para tentar garantir um lugar científico à psicanálise. Segundo Elia (2010), todas as elaborações de Freud acerca do inconsciente estruturam-se a partir do campo da linguagem, “como sistema de representações (*Vorstellungen*), de traços de memória

¹⁴ LACAN, J. *Escritos: A ciência e a verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

(*Erinnerzüge*), de signos de percepção (*Wahrnehmungszeichen*), que se organizam em condensação e deslocamento” (p.36). Mesmo na mais pura ignorância com relação à linguística, “a psicanálise freudiana constrói entre o inconsciente e a linguagem uma rede cerrada de conexões” (MILNER, 2010, p.4).

Ao que tudo indica, Freud não tomou conhecimento da obra de Saussure. Entretanto, não é porque Freud não faz referência à linguística que esta não se faz presente em sua obra. De acordo com Arrivé (1999), Freud situa suas investigações no campo da linguística em três obras fundamentais, “A interpretação dos sonhos” (FREUD, [1900]/2012), “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana” (FREUD, [1901]/2006) e “Os chistes e a sua relação com o inconsciente” (FREUD, [1905]/2006), onde se encontram descrições minuciosas do material linguístico ou discursivo, de que são exemplos as sequências e os jogos de palavras, as palavras-valise, o duplo sentido, os símbolos oníricos e o trabalho de deslocamento e condensação verificados no sonho e representados, respectivamente, pela metonímia e pela metáfora (SCHÄFFER *et al*, 2002).

Por ser uma das formações do inconsciente, o sonho – assim como o chiste, o sintoma e o ato falho – estrutura-se como uma linguagem. Assim como o discurso, o sonho também sofre deformações em sua produção, que são determinadas principalmente pela censura (*Zensur*), concebida por Freud como uma função que opera na passagem do sistema inconsciente para o consciente¹⁵ (GARCIA-ROZA, 1993). A partir de seu trabalho sobre os sonhos, Freud produz um método interpretativo diferente daqueles que o precederam, que se baseavam em simbologias e decifrações. O sentido do sonho não estava relacionado com o discurso do sonhador, senão a alguns elementos tomados separadamente, “cada um funcionando como um sinal criptográfico a ser substituído por outro, segundo uma chave fixa” (GARCIA-ROZA, 1993, p. 87). Nesse modelo, os elementos interpretados são termos positivos, posto que sua significação é dada pela representação direta da “coisa”.

A interpretação freudiana dos sonhos, assim como em Saussure, toma os termos do discurso onírico em sua negatividade. “Cada elemento funciona como significante que o trabalho de interpretação procura articular com os demais, de modo a fornecer sentido para o sonho” (GARCIA-ROZA, 1993, p.86). A intervenção psicanalítica não incide sob o símbolo, que, segundo Ribeiro (2010), com base na semiótica de Peirce, estabelece uma relação com o seu objeto a partir de

¹⁵ A noção de censura pode ser atribuída ao *eu* (ego).

uma ideia pré-existente, representando “algo” (objeto) para “alguém” (sujeito). Segundo Freud ([1915-16]/2006), o trabalho interpretativo opera sob a elaboração onírica, definida como uma espécie de transcrição dos pensamentos oníricos que transforma o sonho latente¹⁶ em sonho manifesto¹⁷. Segundo Freud ([1915-16]/2006),

não se trata de uma tradução¹⁸ palavra-por-palavra ou sinal-por-sinal; e nem se trata de uma solução feita segundo normas fixas – como seria no caso de se reproduzir apenas as consoantes de uma palavra e eliminar as vogais; e também não é aquilo que se poderia descrever como solução representativa – um elemento sendo invariavelmente escolhido para tomar o lugar de vários elementos; trata-se de algo diferente e muito mais complexo (p.174).

Freud ([1915-16]/2006) distingue dois mecanismos na elaboração onírica: a condensação e o deslocamento, isto é, a fim de manter o sono, o conteúdo latente (inconsciente) utiliza-se dessas “manobras” ou “disfarces” para acessar a consciência do sonhador.

De acordo com Freud ([1915-16]/2006), na condensação, “determinados elementos latentes, que têm algo em comum, se combinam e se fundem em uma só unidade no sonho manifesto” – por exemplo, “através da escolha da palavra pelas quais um pensamento é expresso” (p.172-73). O mecanismo de condensação procura juntar, por meio da ambiguidade, dois ou mais pensamentos diferentes. Já no deslocamento, um elemento latente é substituído por uma parte mais remota de si mesmo (Freud [1915-16]/2006). Por uma alusão, o acento de um determinado elemento é substituído por outros sem importância.

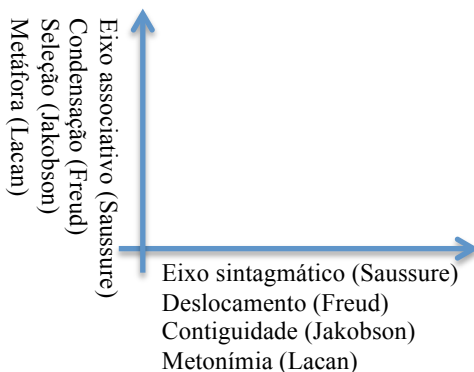
Transpondo o trabalho dos sonhos para a esfera da linguística, podemos verificar em Lacan, a aproximação das elaborações oníricas com as figuras de linguagem. Segundo o psicanalista ([1955-1956]/2008), “o que Freud chama de condensação é o que se chama em retórica de metáfora, e o que ele chama de deslocamento, de metonímia” (p.258). Essa formulação lacaniana não é possível sem o atravessamento de duas teorias já tratadas nos capítulos anteriores, a saber, a definição jakobsoniano de signo linguístico e as relações sintagmáticas e

¹⁶ Conteúdo inconsciente.

¹⁷ Conteúdo sonhado.

¹⁸ Transliteração

associativas desenvolvidas por Saussure. Para ilustrar essa compilação teórica, decidimos construir um “gráfico” que contemple tanto as construções linguísticas quanto as psicanalíticas.



Dando continuidade, analisaremos um sonho descrito por Freud buscando articulá-lo com os mecanismos presentes na elaboração onírica. Segundo Arrivé (1999), “a *Sprachwissenschaft* – a linguística na forma científica que tinha na época – não é, entretanto, a única nem mesmo a principal fonte de informação de Freud sobre a linguagem” (p.18). No entanto, quando se retorna à Freud embasado pela linguística, identifica-se, principalmente em seus trabalhos sobre o sonho e o chiste, “um verdadeiro festival de descrições minuciosas do material linguístico ou discursivo” (ARRIVÉ, 1999, p. 18) atento a todos os aspectos da linguagem. Uma “linguística freudiana” é possível na medida em que se reconhece o valor linguístico do significante já contemplado em sua obra. Vamos ao relato:

Uma senhora que, embora muito jovem, estava casada há muitos anos, teve o seguinte sonho: Ela estava no teatro com seu marido. Um lado da primeira fila de cadeiras estava completamente vazio. Seu marido lhe disse que Elise L. e seu noivo também tinham pretendido ir, porém só poderiam conseguir lugares ruins – três por 1 florim e 50 kreuzers – e naturalmente não poderiam adquiri-los. Ela pensou que não teria sido realmente nenhum prejuízo se tivessem conseguido (FREUD, [1915-16]/2006, p. 126).

Antes de Freud, a interpretação dos sonhos limitava-se a descrição dos símbolos oníricos. Para os “adivinhos” não importava o que o sonhador tinha a dizer sobre o seu sonho, toda a sua singularidade dava lugar para termos positivos pré-determinados. Já no método freudiano, o sonho não produz sentido por si só, tal ação seria, nas palavras de Freud ([1910]/2006), uma interpretação selvagem. Segundo o psicanalista vienense ([1915-16]/2006), tanto a elaboração onírica quanto o trabalho interpretativo operam a partir de um conjunto de relações: “relação da parte com o todo, aproximação ou alusão, relação simbólica e representação plástica das palavras” (p.171). A interpretação freudiana inicia no próprio relato do sonho, pois a escolha das palavras e a maneira em que as frases são ordenadas no discurso, garantem ao sonhador um lugar ativo e singular no processo interpretativo. Desse modo, o sonho só adquire um sentido de significação a partir do que é dito sobre ele.

Retomando o relato do sonho, vamos listar as principais associações feitas pela paciente de Freud:

- a) Seu marido lhe havia falado que Elise L. estava de casamento marcado;
- b) Na semana anterior ao relato, a senhora havia comprado ingressos de uma peça com **antecedência**, pagando para isso uma taxa de reserva —; no entanto, quando foram ao teatro verificaram que a sua pressa fora desnecessária, de vez que uma parte das cadeiras da primeira fila estava quase vazia;
- c) Sua cunhada recebeu de presente 150 florins de seu marido e tinha muita **pressa** de trocar o dinheiro por uma peça de bijuteria;
- d) Elise L., sua amiga, que noivara recentemente, era só três meses mais nova que ela, embora ela própria estivesse casada há quase 10 anos.

A partir dessas poucas associações, Freud teve acesso a uma quantidade de material que foi suficiente, segundo ele, para construir uma interpretação dos pensamentos oníricos latentes de sua paciente. Fundamentalmente, o que chamou a atenção de Freud nas associações da senhora foi os significantes comuns das diferentes partes do material. Nas palavras de Freud ([1915-16]/2006), “ela adquiriu os ingressos *cedo demais*, comprou-os *superapressadamente*, tendo de pagar mais que o

necessário; assim, também sua cunhada estivera *com pressa* de levar seu dinheiro à joalheria [...], como se, de outra maneira, fosse *perdê-lo*” (p.127).

A insistência dos termos sinônimos *cedo demais*, *superapressadamente* e *com pressa* expressa a ideia de condensação, onde vários elementos sobrepõem-se em apenas uma unidade, verificada três vezes. O deslocamento aparece na mudança do acento psíquico da senhora (componente importante) para sua cunhada (componente secundário), representado pela crítica direcionada à cunhada sobre o absurdo dela estar com tanta pressa. A partir dessas associações, Freud chega a um resultado que não se pode encontrar no sonho manifesto: o arrependimento da senhora, que, com medo de não conseguir um marido e perder o matrimônio, casa-se cedo demais. “Foi absurdo de minha parte ter tanta pressa de casar”, admite a paciente (FREUD, [1915-16]/2006, p. 127). Ao final do relato, Freud ([1915-16]/2006) ainda se surpreende com a possibilidade do sonho manifesto não significar aquilo que de fato constitui o objeto da psicanálise, o sujeito do inconsciente.

Freud se deu conta, muito antes do seu trabalho sobre os sonhos, que a psicanálise é uma experiência da palavra. Segundo Schäffer *et al* (2002), “o tratamento das primeiras histéricas já mostra o papel da verbalização na cura como sendo algo mais importante do que a *tomada de consciência*. O *talking cure* denunciado por Anna O. e escutado por Freud vai sedimentando a psicanálise, deste muito cedo, no campo da linguagem” (p.179). Segundo Safouan (1987), “em Freud não há distinção entre inconsciente e linguagem” (p13), e Lacan sabia disso. “Foi para reconduzir a psicanálise à sua experiência original que Lacan propôs outra leitura dos textos freudianos, destinada a restituir ao inconsciente sua primazia [...] e a acrescentar ao *eu* uma teoria da determinação do sujeito pelo significante” (SCHÄFFER *et al*, 2002, p. 189).

1.4 LACAN E A LINGUÍSTICA

É sabido que as relações que Lacan estabelece com a linguística contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da psicanálise, principalmente no que diz respeito ao campo da linguagem. Ao longo de sua obra, Lacan vai constituindo uma outra noção de língua, diferente da então definida pela linguística. Essa “língua” visada pela psicanálise recebe o nome de *lalíngua*, que segundo Milner (2012), é aquilo que representa a língua em sua dimensão *não-toda*. Dito de

outro modo, *lalíngua* é aquilo que contempla, num só golpe, a língua e o inconsciente.

A partir disso, podemos perceber, que o objeto visado por Lacan não compete com o da linguística. Fato este, que Lacan reconhece quando se apropria dos conceitos linguísticos propostos por Saussure e Jakobson. É importante situar que essa prática lacaniana, que não se restringe a linguística, e tampouco ao seu autor, não representa um suposto avanço da psicanálise com relação as ciências da linguagem. Quando Lacan desloca o signo saussuriano, não o faz no campo da linguística, mas no da psicanálise. Assim, Lacan não propõe a reformulação do algoritmo saussuriano, ele produz um outro que marca uma diferença entre as duas formulações. Por isso, não há qualquer sentimento evolutivo com relação a subversão do signo saussuriano. Mas sim, um reconhecimento do seu valor teórico, já que além de servir à linguística, possibilitou a Lacan, desenvolver a sua noção de significante.

No CLG, Bally e Sechehaye apresentam o signo saussuriano por meio de um algoritmo composto por um conceito (significado) sobre uma imagem acústica (significante) e duas flechas, uma em cada lado da fórmula, indicando a relação recíproca entre os termos. Para o Saussure ([1916]/2006), o significado e o significante são indissociáveis e possuem uma relação recíproca frente à significação, como ilustra a metáfora do papel: “[...] o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode cortar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som [...]” (p.131). O caráter científico da obra saussuriana apoia-se juntamente nessa operação, que foi, em algum grau, modificada ou adaptada pelos editores da versão-padrão do CLG. Segundo Arrivé (1999), as flechas que Lacan remove para formulação do seu algoritmo nunca foram descritas por Saussure, como verificado em seus desenhos originais.

Para Lacan, a preocupação é outra. Sua busca não é por um modelo semiótico, mas pela constituição de uma teoria do sujeito. Se Lacan anula a reciprocidade do signo é porque no seu algoritmo há uma hierarquia entre os termos. O significado assume o lugar de denominador, subordinado ao significante, agora sobre a barra, que “Lacan a lê materialmente, como a barreira que ela não é em Saussure” (ARRIVÉ, 1999, p.84). Uma barra que representa um bloqueio à significação, uma separação radical entre o significado e significante.

Estabelecidas as diferenças na notação do signo saussuriano e do algoritmo proposto por Lacan, passemos agora para a noção de

significante. De acordo com Saussure ([1916]/2006) “[...] o significante linguístico; em sua essência, não é de modo algum fônico; é corpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras” (p.137-138). No seminário 17, Lacan ([1969-70]/2007) apresenta a seguinte definição: “Todos os significantes se equivalem de algum modo, pois jogam apenas com a diferença de cada um com todos os outros, não sendo cada um, os outros significantes” (p.93). Como podemos notar, tanto em Saussure quanto em Lacan o significante é definido a partir das relações entre os seus termos. No entanto, para Saussure ([1916]/2006)¹⁹, o significante não é material, “a língua é uma forma e não uma substância” (p.141). Diferentemente de Lacan ([1955-56]/2008), que toma o significante no sentido material, definindo-o a partir da fala.

De acordo com Saussure ([1916]/2006) “o laço que une o significante ao significado é arbitrário [...], ou podemos dizer: o signo linguístico é arbitrário” (p.81); ou seja, não há nenhuma determinação do significado frente ao significante e vice-versa. Segundo Arrivé (1999), o significante lacaniano segue o princípio da arbitrariedade proposta por Saussure. Com uma ressalva: para Lacan, o termo arbitrário pressupõe uma decisão, e toda decisão implica um decisor, fato este que anularia a arbitrariedade do signo, mas acenaria para um possível sujeito em Saussure. Lacan propõe substituir o termo arbitrário por contingente, evitando, segundo Arrivé (1999), toda alusão subjetiva pressuposta no termo saussuriano. Nesse sentido, podemos afirmar que “Lacan é aqui mais saussuriano do que o próprio Saussure” (ARRIVÉ, 1999, p.104).

A suposição de um sujeito saussuriano não aparece apenas na arbitrariedade do signo, como nos aponta Arrivé (1999). Em sua metáfora das massas amorfas, Saussure tenta ilustrar duas questões. A primeira é a indeterminação antes do aparecimento da língua: “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, [1916]/2006, p.130). Depois, a representação da reciprocidade do signo. No princípio era a indeterminação, que deu lugar à forma, produzida pelos cortes desferidos à massa amorfa. Mas quem corta e escolhe as partes do espectro? Toda ação pressupõe um sujeito que a pratica, mesmo que não possamos reconhecê-lo.

A contingência do significante lacaniano nos coloca a seguinte questão: se Lacan considera o significante como material, por que insiste

¹⁹ Nos referimos aqui ao Saussure clássico.

em defini-lo como radicalmente arbitrário? Nos próximos parágrafos tentaremos desenvolver esse paradoxo.

Tomemos que o significante seja contingente. O que isso quer dizer em termos clínicos? De maneira direta, que a escolha do cavalo como objeto fóbico do pequeno Hans, caso paradigmático de Freud ([1909]/2006), não teria nenhuma ligação direta com o seu sintoma. O cavalo, símbolo fálico e totêmico, essa substância social do significante, seria excluída da interpretação lacaniana. Mas não é isso que encontramos na literatura psicanalítica. No caso Dora, por exemplo, sabemos que seus principais sintomas, tosse nervosa, enxaqueca, perda da voz, estão diretamente ligados à sua doença (FREUD, [1905]/2006). A irrupção de uma tosse nervosa é uma possibilidade frente a tantas outras. Esse sintoma, que é inconsciente, não teria nada a dizer?

No entanto, se admitirmos que a materialidade do significante lacaniano aponta nessa direção, a contingência do significante, tomada a partir do que Lacan nos coloca no seminário 3, “Sobre as psicoses”, que “todo o verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (p.217), cairia por terra. Arrivé (1999) nos propõe uma saída quando afirma que os significantes, “mesmo sendo completamente materiais, nem por isso deixam de ser considerados como diferenciais e negativos” (p.107). Segundo o autor, a materialidade do significante lacaniano não é equivalente ao termo positivo saussuriano, mas ao seu conceito de valor linguístico: “[...] o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” (SAUSSURE, [1916]/2006, p.135). Em seu artigo “A instância da letra no inconsciente”, Lacan ([1966]/2006) nos apresenta “o esquema das portas”. A porta “homens” só ganha a sua significação por excluir a porta “mulheres”. Toda significação exclui uma outra, como nos mostra a cadeia sintagmática saussuriana, transposta por Lacan para projetar a sua cadeia significante.

Dessa forma, a materialidade lacaniana seria um jogo entre a falta e a presença do significante, mas, se transpusermos essa fórmula para a cadeia significante, caímos em Saussure e excluímos a singularidade da psicanálise. Arrivé (1999) nos convoca a ler essa “ausência” (p.107) psicanaliticamente, transpondo-a da cadeia para a “bateria” (p.107) do significante, onde assume o nome de “significante de uma falta no Outro” (p.107), ele próprio previamente definido como “tesouro do significante” (p.107).

Contrastando com Saussure, o significante lacaniano é concebido no campo do Outro. De acordo com Schäffer *et al* (2002), “se o significante é concebido como autônomo em relação ao significado, ele irá assumir uma função completamente diferente da de significar: a de

representar o sujeito e também a de determiná-lo” (p.195). Dos vários sentidos atribuídos, Lacan ([1966]/1998, p. 833) propõe em seu artigo “Subversão do sujeito e dialética do desejo” a definição do significante psicanalítico, afirmando que não existe outra:

Um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo.

De acordo com a definição, podemos supor um movimento de encadeamento de termos, dados da seguinte maneira: significante – sujeito – significante – sujeito – etc. “Isso quer dizer que o significante lacaniano não está numa dimensão representativa, mas pertence à ordem do inconsciente (e não do mundo) que se impõe para o sujeito” (SCHÄFFER *et al*, 2002, p.212-13). Se, “a estrutura do significante está, como se diz comumente da linguagem, em ele ser articulado” (LACAN, [1966]/1998, p.504), não com um significado, mas com outros significantes submetidos a uma ordem sincrônica, podemos presumir que o significante é marcado pela falta de univocidade, de significado único e, por isso, pode carregar inúmeros significados (ALVES, 2002), fato esse que esclarece, desde Freud, a única regra da psicanálise, a associação livre. O analista reconhece que a palavra faz parte do código, mas, em vez de designar quem está falando, parece nos dizer algo a respeito do falante (FINK, 1998). A apropriação lacaniana da linguagem aponta, radicalmente, na direção do sujeito e não da comunicação. Segundo Milner (1996), Lacan não se detém na linguagem, “ele a evoca explicitamente, para abandoná-la logo no instante em que nela se detém. O ponto de referência absoluto não é a linguagem em si, nem as línguas nas quais se polimeriza, mas aquilo que a linguagem, reduzida a seu real, é o substituto. Isto é, o sujeito” (p.73).

Segundo Soler (2012), o sujeito é causado pela linguagem, “como causa, o sujeito é produzido, efeito da cadeia significante” (p.58). Se a linguagem é a condição do inconsciente, o significante lacaniano é a condição para advento do sujeito. Segundo Miller (1996) “o sujeito não é nada antes de ser captado pela alienação significante, não é nada antes que um significante o represente – absolutamente nada” (p.157).

1.5 A SANTÍSSIMA TRINDADE: FALA, SUJEITO E OUTRO

Em seu seminário “Sobre as psicoses”, Lacan ([1955-56]/2008) nos coloca uma questão aparentemente banal: “O que é a fala?” (p.48), prossegue o psicanalista, “falar é antes de mais nada falar a outros”. E isso é, segundo Dor (1989), exatamente o que possibilita distinguir a fala de um registro de linguagem. Definir o que é uma mensagem sempre foi uma preocupação para a linguística. No entanto, mesmo no campo dessa ciência, há diferentes definições para o conceito de fala. Para a psicanálise, a mensagem é recebida pelo sujeito de forma invertida (LACAN, [1955-56]/2008). Na fala, segundo Soler (2012), a “oferta” (p.28) do Outro tem a antecedência e a prioridade sobre a solicitação do sujeito. “É a oferta que determina a mensagem do um como significado do Outro”. Isso porque, aquilo que o sujeito demanda: “Eu quero isso”, está submetido a lei do Outro: “Você quer isso”.

Lacan ([1955-56]/2008) exemplifica o conceito de mensagem invertida a partir de uma história judaica destacada por Freud. A personagem diz: “Eu vou a Cracóvia. E o outro responde: Por que você me diz que vai a Cracóvia? Você me diz isso para me fazer crer que você vai alhures” ([1955-56]/2008, p.49). Segundo Lacan ([1955-56]/2008), esse excerto apresenta uma característica fundamental da fala: a possibilidade de ser falseada. O que o sujeito me diz é sempre passível de fingimento, o que, segundo Lacan ([1962-63]/2014), marca o limite entre o animal e o ser falante. O animal, explicita Lacan ([1962-63]/2014), cria rastros falsos apagando o seu rastro, mas não cria rastros para serem tomados como falsos. Ou seja, “fazer rastros falsos é um comportamento que não direi essencialmente humano, mas essencialmente significante” (p.75). Se um traço é feito para ser tomado como falso, há aí um marcado pelo significante.

Segundo Milner (2012), “o ser falante é, antes mesmo, aquele cujo próprio ser não deixa de ser afetado pelo fato de que ele fala” (p.95). Tal afetação é produzida pelo Outro, que sustenta um discurso articulado em que se conjugam fala e linguagem. Segundo Soler (2012), “fala para nós quer dizer fala “articulada” (p.27), formatada pela linguagem, uma linguagem que está primariamente do lado do Outro” (p.27). Há algo que extrapola a mensagem, um mais além da palavra que define a fala não como um modelo de comunicação, mas como um efeito de separação (DOR, 1989). É “porque dois seres não podem se conjugar que eles falam” (MILNER, 2012, p.96).

Mas o que quer dizer o sujeito como efeito do significante? Em Lacan, o corpo biológico morre dando lugar ao corpo verbalmente

constituído. E por quem? Pelo Outro. É o significante do Outro direcionado ao *infans*²⁰ que o marca como *Um* no mundo. Segundo Miller (1996), “quanto ao que concerne ao sujeito, isso fala, no sentido de que isso fala *dele*. Isso fala dele antes que ele fale, antes que ele chame ou mesmo que ele grite, [...] antes que ele mesmo fale dele [...]” (p.156-157). Esse *antes* assinalado por Miller (1996) é o *antes* do corte no sujeito, do traço que o divide, tornando-o *não-todo*. Segundo Conté (1995), esse tempo *avant* é introduzido por Lacan como *alienação primordial*.

Nessa operação, o *infans* identifica-se com o outro, num processo de alienação fundamentalmente imaginário e narcísico, voltado para o “eu”. Nesse momento, temos uma fotografia sem furos, sem falhas, uma fusão entre o “eu” - em formação (*infans*) e o outro (função materna). De acordo com Alves (2012), “o “eu”, nas suas relações, está comprometido numa identidade, que apesar de ser a sua própria identidade é, essencialmente, a do outro, e consequentemente, desconhecida a si mesma” (p.69). Por isso o “eu” é uma ilusão. Esse primeiro tempo na constituição do sujeito é fundamentalmente narcísico. Nessa estrutura imaginária, não há distinção entre a imagem do bebê e da mãe²¹, como os seres esféricos de Aristófanes, presentes em seu discurso sobre o amor no “Banquete de Platão” e analisado por Lacan ([1960-61]/2010) no Seminário 8, “A transferência”. Nos diz que “[...] a esfera não tem olhos nem orelhas, não tem pés nem braços, e só lhe foi conservado um movimento, o movimento perfeito, sobre si mesma” (p.122). Essa servidão imaginária entre mãe e bebê é imprescindível à constituição do sujeito do inconsciente, que “apesar de ter uma busca legítima pela separação, não é constituído sem se alienar e sem se submeter ao significante mestre do Outro” (ALVES, 2012, p.122).

O lugar do Outro, imaginariamente definido pelo sujeito, é equivalente ao lugar que Descartes confere ao seu Deus não enganador, que lhe garante a existência. O Deus cartesiano não é posto em dúvida, segundo Conté (1995), Ele “é a garantia única de que a verdade existe, garantia tão mais pura na medida em que a verdade como tal poderia ser outra, se Deus assim quisesse” (p.170). Mesmo assim, o sujeito de Descartes é evanescente, pois para se convencer de que existe, “ele

²⁰ Notação lacaniana para se referir à criança antes de adentrar o campo da linguagem, *in* – não/ *fans* – fala.

²¹ Tomaremos o Outro no processo de alienação e separação como a mãe. Mas reconhecemos que esse lugar é uma função, que poderia ser ocupado por outra pessoa.

precisa repetir para si mesmo as palavras “eu penso” [...]. E, tão logo pare de repetir essas palavras, sua convicção inevitavelmente se evapora” (FINK, 1998, p.64). O sujeito cartesiano está sempre em busca da confirmação de sua existência, seja pela crença na autonomia de seus pensamentos ou na existência de um Deus devotado.

Em Descartes, a luta do sujeito é pela existência, já em Lacan, no tempo da separação, o sujeito busca uma confirmação de sua singularidade, de um significante que o represente como *Um* frente ao Outro. Em Freud ([1920-22]/2006), essa relação foi definida como o “traço único” (*einziger Zug*), que segundo Kaufmann (1996) confere um valor de identidade para o sujeito, pois constitui a relação mínima entre o eu e seu objeto. Em Lacan, *einzig* é traduzido como unário, “para deixar bem claro que não se trata de um unificador, mas de um contável, ele mesmo visado em seu ponto inaugural” (CONTÉ, 1995, p. 171), como uma função distintiva. Tomando a contribuição de Saussure ([1916], 2006), o traço unário é pura diferença, é aquilo que os outros não são, capaz de produzir a noção de identidade. Um exemplo é o nome próprio, que, segundo Kaufmann (1996), “funciona como traço porque importa uma diferença pura: ele se transmite, mas não se traduz” (p.561). É um significante que presentifica uma falta, pois no momento em que o traço é marcado o objeto se apaga e sua contagem ocorre por meio de sua ausência.

O traço unário marca a “escolha forçada” do sujeito pela linguagem, uma escolha que implica necessariamente uma perda, que Lacan chama de “a Coisa”. No seminário 11, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Lacan ([1964]/1979) nos esclarece essa questão com o seguinte exemplo: “A bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada” (p.201). Mas é só renunciando a bolsa que se tem a vida! Essa perda é fundamental para a causação do sujeito, pois é somente a renúncia da “bolsa” que possibilita a entrada do sujeito no campo simbólico. Do contrário, escolher a bolsa é renunciar a si mesmo, uma perda não mais parcial, mas absoluta.

Nos coloca Rabinovich (2009): “nesse tempo primeiro, [...] o S1 é pura petrificação, incapaz de aceder à palavra; na medida em que ela requer a articulação de pelo menos dois significantes, é preciso que esse “nada” se sustente num apelo ao segundo significante no Outro” (p.93). A possibilidade da representação de S1 por um outro significante, S2, nos coloca no segundo tempo da causação do sujeito, o da separação. De acordo com Fink (1998), uma das ideias fundamentais contida nessa operação é a de uma justaposição de duas faltas. O Outro, representado

comumente pela mãe, desloca a sua libido para outro(s) objeto(s) além da criança. Isto é, a mãe submete-se a um Outro, pois algo também lhe falta. A criança, por sua vez, depara-se com a frustração de não ser mais o único objeto de amor da mãe. Sua insuficiência, frente ao desejo da mãe, obriga-lhe a buscar significantes para a sua falta. O jogo do *Fort-Da*, observado e descrito por Freud ([1920-22]/2006), ilustra essa passagem.

Freud ([1920-22]/2006), em seu reconhecido artigo “Além do princípio do prazer”, define o jogo de seu neto como um brincar de “ir embora”. Um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele, que o menino, com muita perícia, arremessava para fora de seu campo de visão, ao mesmo tempo que proferia a expressão “o-o-o-ó”²². Num segundo momento, puxava então o cordão até o reaparecimento do carretel, saudando-o com um alegre “Da”!²³. A brincadeira resumia-se a essa repetição: desaparecimento e retorno do objeto. Freud ([1920-22]/2006) interpretou esse jogo de duas maneiras. Na primeira, a brincadeira seria uma encenação da partida e da chegada da mãe, que, naquela época, saía todos os dias deixando o filho na casa do avô (Freud). Essa separação seria simbolizada pelo jogo, como uma espécie de luto infantil. Numa outra leitura, Freud ([1920-22]/2006) toma o lançamento do carretel como um ato de “vingança”. A criança manda a mãe “embora” já que esta não a deseja mais integralmente.

O jogo do *Fort-Da* é uma experiência simbólica em que a criança começa a produzir um sentido singular à sua falta. A repetição dos movimentos de presença e ausência do carretel (falo), marca uma ação, uma atividade da criança frente à linguagem. A tentativa de produzir uma fala é uma resposta à falta, e também uma confirmação de que a criança pode seguir sem a mãe. Segundo Lacan ([1953-54]/1983), “esse jogo de bobina se acompanha de uma vocalização que é característica do que é o fundamento mesmo da linguagem do ponto de vista dos linguistas, e que, por si só, permite aprender o problema da língua, a saber, uma oposição simples” (p.200). Mais do que pronunciar as palavras *Fort/Da*, que em última análise são aproximações das onomatopeias o-o-o-ó/a-a-a-á, o que está em questão é a manifestação da linguagem, os primeiros passos da criança rumo ao campo simbólico; “nessa oposição fonemática, a criança transcende, introduz num plano simbólico o fenômeno da presença e ausência. Torna-se mestre da

²² Interpretado por Freud como *Fort*, que em alemão significa “ir”, “partir”.

²³ Em alemão “ali”.

“coisa”, na medida em que, justamente, a destrói.” (LACAN, [1953-54]/1983, p. 200).

A criança busca um representante (*Repräsentanz*) para a representação (*Vorstellung*) que lhe falta. Os representantes da representação (*Vorstellungsrepräsentanz*) são os significantes que possibilitam o surgimento da cadeia que significa o sujeito. A ausência dos *Vorstellungsrepräsentanz*, definidos por Lacan como (S2), mantém o significante mestre (S1) também ausente, sem significação. É a presença de S2 que garante a significação da ausência de S1 e a presença do sujeito na linguagem. Nesse sentido que Lacan ([1966]/1998) afirma que “o registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante” (p.854).

É somente a partir do campo do Outro que sujeito e significante podem se encontrar. Mesmo antes de nascer, o lugar que o sujeito irá habitar já se encontra estruturado, constituído, ordenado. O sujeito é produzido por uma linguagem que o antecede e o prescreve.

Segundo Lacan (1966]/1998): “o Outro é o lugar do tesouro do significante” (p.827), isto é, os significantes que atravessam o sujeito são produzidos por um outro discurso – o discurso do Outro; que não se reduz à fala da realidade, mas àquilo que o discurso tenta encobrir com as palavras, a saber, o sujeito do inconsciente. De acordo com Lacan ([1953-54]/1983), “toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta mais funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso há o que ele quer dizer, e, atrás do que ele quer dizer, há ainda um outro querer dizer, e nada será nunca esgotado [...]” (p.225).

Em Lacan, a palavra assume a função de significante, podendo assumir diversos sentidos no discurso. Como técnica psicanalítica, a palavra obedece a outras leis que não as do discurso corrente. “Santo Agostinho argumentava – a palavra pode ser enganadora” (LACAN, [1953-54]/1983, p.299), mas para aquele que escuta a sua enunciação, “por ser enganadora, a palavra se afirma como verdadeira” (LACAN, [1953-54]/1983, p.299), pois revela o sujeito do inconsciente. A palavra é o meio no qual a psicanálise se desloca, contudo, isso não a define como uma técnica semântica, fixada no sentido. A experiência analítica está para além do discurso, a palavra dita pelo sujeito ultrapassa, sem que ele saiba, os seus limites de sujeito da linguagem. O que interessa à psicanálise não é a palavra em si, mas sua falha, sua equivocação, que só é possível a partir da palavra plena. Segundo Lacan ([1953-54]/1983), “é com a palavra que se coloca em causa a palavra, e cria a dimensão da verdade” (p.299).

A função da palavra contempla tanto a fala verídica quanto a dissimulada, não há diferença estrutural, ambas são suscetíveis ao erro, tendo a mesma possibilidade de desvelar a verdade do sujeito. Para Lacan ([1953-54]/1983),

é claro que o erro só é definível em termos de verdade. Mas não se trata de dizer que não haveria erro se não houvesse verdade, como não haveria branco se não houvesse preto. As coisas vão mais longe – não há erro que não se coloque e não se ensine como verdade. Em suma, o erro é a encarnação habitual da verdade (p.300).

É na contradição do discurso que o erro da palavra se revela. Nesse dado momento, há um corte no discurso, uma desorganização na cadeia significante, algo sai do controle e as palavras ditas assumem um outro sentido, pois a linguagem tem vida própria. “Muitas vezes temos a sensação de que escolhemos nossas palavras, outras vezes elas são escolhidas para nós” (FINK, 1998, p.32). O sujeito do enunciado, representante da consciência e representado pelo “eu”, insiste na ilusão de que um elemento do código refere-se unicamente à mensagem, de que “um charuto é apenas um charuto”, nada mais. Já o sujeito da enunciação, porta-voz do desejo inconsciente do sujeito, aponta “para um falante ambivalente que diz *sim* e *não* ao mesmo tempo, que enquanto diz uma coisa, insinua outra” (FINK, 1998, p.61).

Orlandi (2009), pensando a linguagem a partir da análise do discurso, toma o sujeito do enunciado proposto por Lacan como o sujeito gramatical ou sujeito-de-direito, que “cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz” (p.50). Segundo a autora, mesmo que a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos linguísticos específicos, não se pode explicá-la exclusivamente por eles; “fazemos entrar em conta também sua dimensão histórica e psicanalítica” (p.50). Assim como na psicanálise, o sujeito da AD é descentrado pela linguagem, “pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2009, p.20).

A AD propõe um novo modelo linguístico, distanciando-se da linguística clássica para se aproximar do discurso languageiro, produzido como mediação entre o sujeito e sua exterioridade. O advento da AD

descentraliza o “objeto linguagem” da dicotomia: psicanálise lacaniana e linguística estrutural, produzindo um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto: o discurso. Herdeira do tripé teórico – Psicanálise, Linguística e Marxismo, a AD sustenta que somos continuamente atravessados por um interdiscurso. Segundo Orlandi (2009), “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (p.33). Segundo a autora, há, no intercurso, uma voz sem nome, que não cessa de se inscrever no discurso, que fala sem pedir licença.

Tomar a língua como não-toda, “escutando” o sujeito da enunciação, aproxima radicalmente a psicanálise da AD. É no equívoco da língua que essas duas teorias se encontram, denunciando que há um real, uma incompletude que é condição da linguagem. “É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa” (ORLANDI, 2009, p.37).

Ao trazer alguns conceitos da AD para o desenvolvimento do nosso trabalho, não estamos propondo nenhuma novidade, já que as relações entre a AD e a psicanálise são abertamente pretendidas pelos analistas de discurso. Os autores que utilizaremos a seguir, Eni Orlandi, Jacqueline Authier-Revuz, Jean-Claude Milner, entre outros, são linguistas cuja a formação e cuja a reflexão estão explicitamente referidas à psicanálise. Nesse sentido, as articulações com a AD são mais do que esperadas quando se propõem relacionar linguística e psicanálise.

CAPÍTULO II – A ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 UM OUTRO DISCURSO NA LINGUÍSTICA

A partir do final dos anos 60, surge um novo campo acerca da linguagem, a análise do discurso, que se propõe a refletir sobre o lugar do sujeito em sua produção discursiva. Para constituir sua base teórica, a AD se apropria, fundamentalmente, de três áreas de conhecimento: a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo. Atravessada por conceitos psicanalíticos, a AD propõe-se a estudar um novo objeto no campo da linguística: o discurso. Apropriando-se de conceitos como o de Sujeito e o de grande Outro, a AD constrói a sua teoria sem ser absorvida por seus “mestres”, sendo rapidamente reconhecida por filósofos e historiados, como uma disciplina fundamental para compreender a linguagem em toda a sua incompletude.

No ano de 1969, Foucault lança “A arqueologia do saber”, introduzindo pela primeira vez o termo *formação discursiva*, conceito central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD, principalmente na obra do filósofo Michel Pêcheux²⁴. No mesmo ano, Lacan desenvolve a noção dos quatro discursos, estabelecendo-os no seu seminário 17, “O avesso da psicanálise”, na tentativa de desenvolver a partir da *psicanálise em intensão*²⁵, uma possibilidade de intervenção do discurso da psicanálise na cena social. Coincidências a parte, a AD reivindica um lugar teórico que se configura no entremeio de outras teorias, retomando alguns fundamentos e deslocando-os ao mesmo tempo, com o objetivo de produzir um sentido a partir da relação entre língua(gem), história, ideologia e sujeito (DEZERTO, 2010).

A AD reivindica da linguística o lugar do sujeito e de sua história na linguagem. O sistema que antes mantinha o sujeito fora da língua é atravessado, esburacado pela interdiscursividade. Não há mais dentro e fora, essa dicotomia dá lugar à relação da linguagem com a sua exterioridade. Segundo Orlandi (2009), “não se trabalha, como na linguística, com a língua fechada nela mesma mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto” (p.16).

Na AD, o discurso assume um lugar essencial para a constituição do sujeito. Por isso, não se deve confundir discurso com

²⁴ O conceito de formação discursiva adotado por Pêcheux utiliza-se de bases foucaultianas, mas é diferente do conceito desenvolvido por Foucault.

²⁵ Essa expressão indica que estamos no campo da clínica.

“fala” na continuidade da dicotomia – língua/fala – proposta por Saussure. Para o linguista, a fala se opõe à língua, sendo aquela definida apenas como uma ocorrência casual, individual, o que não procede com a noção de discurso, que tem seu funcionamento regulado por outros discursos. Como nos afirma Orlandi (2009), “os sentidos resultam das relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (p.39).

Para AD, o sujeito é constituído pelos vários discursos que o atravessam, não há controle frente a essa heterogeneidade, o assujeitamento não pressupõe uma escolha do sujeito, posto que o discurso não está amarrado apenas no registro simbólico, mas fundamentalmente no real. Authier-Revuz (1990) define a constituição do sujeito e do seu discurso como *heterogeneidade constitutiva*. Segundo a autora, “as palavras são, sempre e inevitavelmente, as palavras dos outros” (p.26). Desse modo, o sujeito não é a fonte do seu discurso, “ele nada mais é do que o suporte e o efeito” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.27). O sujeito da AD, assim como o da psicanálise é um efeito da linguagem: barrado, dividido pelo discurso do Outro.

O que Authier-Revuz (1990) desenvolve sob o título de *heterogeneidade constitutiva*, aproxima-se do conceito denominado por Lacan de “grande Outro”, fundamental para o advento do sujeito no campo da linguagem. Para Lacan ([1954-55]/2010), a fala se fundamenta na existência do Outro, posto que sua presença (imaginária) sempre questiona o sujeito: *Che vuoi? Que quieres?* Ou ainda: *Que quer ele de mim?* Desse modo, o discurso do sujeito está sempre tentando satisfazer uma demanda que é do Outro, mas construída pelo próprio imaginário do sujeito. Por isso, o sujeito não sabe o que diz, porque, em última análise, não sabe o que é (LACAN, [1954-55]/2010).

Acreditamos que reconhecer a exterioridade da língua e suas relações constitutivas, no sujeito e no seu discurso, não oferece riscos para a linguística, já que não se trata de uma luta pelo domínio da linguagem, mas de uma abertura para outras concepções que trazem o sujeito, a história e sua equivocidade para a discussão. Desse modo, sustentar que a língua é um todo, é fechar-se numa estrutura, pois não reconhecer a falta, inerente à linguagem é não reconhecer o sujeito.

Tanto a psicanálise quanto a AD denunciam aquilo que a linguística tenta encobrir: que a língua é falha. Segundo Milner (2012), para a linguística, “entregar-se à língua como tal – reconhecer aí as facetas de um real – é, no que se refere à experiência das pessoas, dizer aos sujeitos falantes que há, na língua e em toda locução, alguma coisa da qual não são mestres, tampouco responsáveis” (p.120).

A heterogeneidade discursiva pode ser identificada de diferentes formas. Para Authier-Revuz (1990), uma delas aponta para a construção do sentido da palavra por meio dos processos de polissemia, homonímia, metáfora e metonímia. De acordo com Authier-Revuz (1990), “ao lado do sentido dado como corrente, um sentido é constituído por uma palavra por referência a um ou outros sentidos produzidos alhures, no interdiscurso ou na língua” (p.30). Para Orlandi (2009), “não há sentido sem metáfora” (p.4). O sentido é sempre um efeito de substituição. Não há literalidade, pois as palavras são sempre ressignificadas a cada cadeia discursiva.

Segundo Dor (1989), o Outro é esse mais além da palavra que percorre o discurso de forma implícita, mas que, sem ele, nenhuma fala seria possível. Para o psicanalista, “falar implica fazer falar o Outro como tal” (p.159). Desse modo, podemos dizer que não há uma comunicação direta de sujeito para sujeito, pois essa relação é sempre permeada pelo Outro. “Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso à parte do que diz” (ORLANDI, 2009, p.49).

A relação imaginária do sujeito com os outros discursos não se restringe à palavra, mas também às posições que os sujeitos ocupam no discurso. Segundo Orlandi (2009), “em toda língua há regras de projeções que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições” (p.40). O sentido produzido pelo discurso não está no dizer das palavras, mas na posição que o sujeito se acha no discurso. As significações das palavras são subordinadas segundo as posições daqueles que as empregam. No Discurso da Histórica, por exemplo, todo o esforço se concentra em manter o sujeito “completo”, atribuindo para o outro o lugar da castração. Para sustentar essa posição de “alma bela”, a histórica paga com o seu corpo, produzindo todo tipo de sintoma somático. Essa posição da histórica independe das palavras. Seu discurso, o modo como se relaciona com o outro, é definido pela sua posição e pela posição do outro no discurso. A histórica reproduz uma estrutura, um tipo de laço social que foi produzido pelos Outros que a constituíram.

Authier-Revuz (1990) reforça essa formulação quando afirma que há uma dupla designação operada pelas formas da heterogeneidade: “a de um lugar para o fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e a de uma alteridade a que o fragmento remete” (p.30). Esse lugar produtor de sentidos é definido por Orlandi (2009) como uma *formação discursiva*, definida como a posição “social” que o sujeito

ocupa perante o discurso. É a partir dessa fórmula que a AD afirma que o sujeito é ideológico, pois a interpretação do seu discurso está subordinada à sua posição social, histórica e política no instante da fala. “O sujeito discursivo é pensado como uma “posição” entre outras. Não é a forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2009, p.49).

Se a posição ocupada pelo sujeito altera a interpretação de seu discurso, nesse sentido, podemos dizer que os sujeitos são intercambiáveis. Orlandi (2009) nos traz um exemplo:

Quando falo na posição de “mãe”, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa posição. Quando, ao abrir a porta para o filho altas horas da madrugada, a mãe fala “isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Poderíamos dizer que não é a mãe falando, é a sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade [...] (p.49).

Desse modo, além do atravessamento do discurso do Outro na fala e na constituição do sujeito, a posição do falante também interfere na produção e interpretação do discurso. O resultado disso é que não há sujeito autônomo, mas dividido. “A presença do Outro emerge no discurso, com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.33).

Segundo Authier-Revuz (1990), reconhecer e dar conta desse Outro que lhe escapa, não é, para a linguística, “abrir suas comportas e afogar-se, mas descentralizar-se fora de um lugar ilusório e/ou dar-se um ancoramento real, mas fora de si própria” (p.35). Em termos subjetivos, essa incompletude é positiva, não atesta uma perda, mas uma possibilidade de abertura no campo da linguagem “pois a falta é também um lugar possível” (ORLANDI, 2009, p.52). Ou em termos lacanianos, o único lugar possível para a constituição do sujeito.

Avançando um pouco mais, observamos que ao longo de sua construção teórica, a palavra e o seu lugar no enunciado são cada vez mais acessórios na produção de novos sentidos discursivos. A palavra é auxiliar, mensageira do não-dito e das equívocas do sujeito. Contudo, é somente a partir da crença e da tentativa de se produzir uma

fala plena que a contradição no discurso pode surgir. Por isso Lacan afirma que a psicanálise opera com o sujeito da ciência, cartesiano, fonte e senhor de seu dizer, crente que conhece a sua verdade, mas “essa verdade é desconhecida pelo “eu” (p.209), sujeito do enunciado que ao mesmo tempo que enuncia se renuncia” (GARCIA-ROZA, 2007). Afirmar que a psicanálise opera com o sujeito da ciência, significa dizer que é somente a partir da fala plena que se pode produzir o equívoco. Ou seja, o sujeito da enunciação só se manifesta no enunciado. Por isso o analisante deve falar, pois toda a contradição discursiva procede da intencionalidade de se produzir uma fala sem falhas.

2.1 O NÃO-DITO

Um outro conceito da AD e que também é muito explorado pela psicanálise é a relação entre o dito e o não-dito. Orlandi (2009), tomando o trabalho de Ducrot, afirma que a semântica argumentativa define algumas formas de não-dito a partir da relação entre o posto e o pressuposto. Ambos submetidos ao enunciado e ao contexto. Na frase “João parou de beber”, temos como pressuposto que *João bebia antes*. Mas o que levou João a parar de beber fica subentendido, pois depende do contexto.

Já para a AD, esse conceito não está necessariamente submetido ao enunciado, mas sinaliza que ao longo do dizer “há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2009, p.82). Inerente a toda produção discursiva, o não-dito é inapreensível pela linguística tradicional, pois é definido a partir do campo do Outro.

Na psicanálise, podemos supor que os representantes do não-dito são as formações do inconsciente – os chistes, as atos falhos, os sonhos e os sintomas, todos metáforas do sujeito do inconsciente. Já na AD, as noções que envolvem o não-dito são: a noção de interdiscurso, a de ideologia e a de formação discursiva. Todos esses conceitos têm em comum o reconhecimento do inconsciente como o lugar do Outro, contemplando o aforismo lacaniano de que *o inconsciente é o discurso do Outro*. Como afirma Authier-Revuz (1990), o Outro do discurso não é localizável e tampouco representável, ele é um real que irrompe no simbólico. O não-dito é o Outro, que por sua vez, representa o inconsciente, real que “não cessa de não se inscrever” (LACAN, [1975]/1982, p.127), que recusa a significação, mas mesmo assim incide no campo da linguagem.

O não-dito não é o silêncio, pois pressupõe um dito e opera no discurso via palavra. Concordamos que há algo de silencioso no não-

dito, já que sua significação é sempre uma surpresa, algo que irrompe detrás da palavra. Diferente do silêncio, “que não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria” (ORLANDI, 2007, p.23). Desse modo, estar no sentido com palavras ou em silêncio são maneiras diferentes de se produzir uma significação.

Com ou sem palavras, vivemos hoje uma ditadura da interpretação: tudo tem que fazer sentido. O lugar do silêncio no laço social é cada vez mais limitado, pois é tomado, muitas vezes, como uma ofensa e não como uma possibilidade do sujeito significar. Desse modo, propomos pensar o silêncio não como falta, mas a linguagem como excesso (ORLANDI, 2007). Aqui, o silêncio não é definido como a ausência do som, ele é anterior as palavras, fundante, sendo a fala, uma produção subordinada ao silêncio. De acordo com Orlandi (2007), as palavras são uma tentativa de domar o real da linguagem.

2.2 O SILÊNCIO

Há tempo para o silêncio na psicanálise. Diferentemente da pressa imposta pelo mundo contemporâneo, descrita por Freud como um dos componentes modernos do mal-estar na cultura, o silêncio é fundamental na clínica psicanalítica, tanto para a função do analista quanto para o discurso do analisante. De acordo com Zolty (2010), o silêncio em psicanálise não é uma ausência ou um vazio, mas uma “outra presença num silêncio compartilhado”. No processo de análise, a palavra dá existência ao silêncio, pois

sem palavra pronunciada, um desenho de criança não quer dizer nada, um gesto fica perdido em sua intenção, um ato falho permanece realmente falho; pois só a palavra pode deixar nascer o silêncio que conferirá ao desenho, ao gesto ou ato falho seu valor de ato analítico (ZOLTY, 2010, p. 193).

Mas a análise não é produzida unicamente por palavras. Seria mais apropriado dizer que a psicanálise dialoga tanto com as palavras quanto com o silêncio. Prova disso é o termo que Lacan coloca no lugar de agente do discurso da psicanálise²⁶, o *objeto a*. Essa posição sustentada pelo analista é *causa de desejo* do analisante, produzida exatamente pelo silêncio, ou nas palavras de Lacan: pelo *semblante de*

²⁶ Formulação que será tratada no próximo capítulo.

objeto a. O silêncio do analista convida o paciente a falar livremente, esquecendo temporariamente as inibições convencionais. Segundo Reik ([1926]/2010), “assim como em música o mais importante não está na partitura, para a psicanálise o que é dito não é o mais importante. Parece-nos bem mais importante detectar o que o discurso esconde e o que o silêncio revela” (p.23).

O silêncio que habita o analista não é um silêncio morto, mas vivo, em movimento de elaboração ao qual se lança durante sua escuta. Como um catalizador que agiria invisivelmente, o silêncio tem como função possibilitar que o paciente compreenda sozinho a significação do material enunciado, o que não exclui, certamente, a interpretação do analista silencioso (GREEN, [1979]/2004). Se a associação livre é a regra fundamental da psicanálise – exercida pelo analisante – o silêncio é a regra de *ouro* do psicanalista. Green ([1979]/2004) defende a ideia de que a função do silêncio do analista não está subordinada à quantidade de palavras que ele introduz na sessão. Segundo o autor, o que está em jogo nessa função é o “silêncio que o analista mantém na sua resposta interpretativa quanto ao conteúdo manifesto” (p.17). O silêncio do analista produz o apagamento do sentido manifesto (EU) de forma que o conteúdo latente (ISSO) possa advir.

Assim como as palavras, tomadas como metáforas no processo interpretativo, podem assumir diferentes formas de significação, o silêncio, dependendo do momento da análise ou da sessão, pode significar, segundo Green ([1979]/2004), diversas coisas para o analisante: “fusão, interesse, cuidado atento, cumplicidade, respeito ao discurso, consentimento (“quem cala consente”), indiferença, sono, rejeição e até mesmo desejo de eliminação deste” (p.18). Todo esse imaginário produzido pelo silêncio do analista faz o analisante falar, e é nessa fala, investida ao analista como aquele que ocupa a posição do Outro, que o analisante pode a partir de um descolamento do sentido, construir novos significantes para sua história. O silêncio é a possibilidade do sujeito produzir um lugar singular frente ao Outro, de tocar num ponto de verdade de sua existência. Para Green ([1979]/2004), “o silêncio constitui a tela de fundo sobre a qual as figuras projetivas do paciente vão se mover (ou se emocionar), desenhar, escrever, compor” (p.19).

O título do livro de Orlandi (2007), “As formas de silêncio: no movimento de sentidos”, já anuncia a aproximação conceitual da AD com a psicanálise. Segundo a autora, o silêncio é desprezado a uma posição secundária da linguagem. Assume um lugar de importuno, como um “resto” que deve ser evitado. Mas que “resto” é esse denunciado pela

AD se não o *objeto a* lacaniano? Causa de desejo no sujeito, objeto faltoso, “que resta da aptidão do significante para representar o sujeito, daí sua estrutura de “resto”. Ele é a sobra de toda tentativa de representar o sujeito” (COUTINHO JORGE, 2008, p.83). Desse modo, concordamos com Orlandi (2007) ao dizer que “o real da linguagem, – o discreto, o Um – encontra sua contraparte no silêncio” (p.13).

Esse real do sujeito em relação ao imaginário inerente às várias formas de silêncio atestam o funcionamento do silêncio nesse movimento discursivo que se faz na contradição entre o “um” (real) e o “múltiplo” (imaginário). Para Orlandi (2007) “é nessa relação do imaginário com o real que podemos apreender a especificidade da materialidade do silêncio, sua opacidade, seu trabalho no processo discursivo” (p.16).

Se hoje o silêncio é visto como falta (no sentido não psicanalítico), produtor de um homem sem sentido, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como excesso. Para Orlandi (2007), “quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (p.27). A palavra é uma tentativa de simbolizar o real do silêncio. Por isso, o silêncio angustia e a fala esvazia essa angústia. Porque frente ao silêncio, matéria significante por excelência, o real da significação pode surgir: o sujeito do inconsciente.

Na perspectiva que assumimos, o lugar do silêncio não está vinculado à ausência da palavra, sua elaboração é muito mais complexa. Mesmo na fala há silêncio: nos intervalos do discurso, nas pausas, na respiração, nas discontinuidades articulares, nos brancos que a associação requer, nos atos falhos. “O silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa”. (ORLANDI, 2007, p.31).

O sentido – aquilo que é singular a cada sujeito, posto que cada *Um* vai tomá-lo à sua maneira – não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações. O sentido é nômade, percorre o simbólico, o imaginário e o real lacaniano, mas não pertence a nenhum. A fim de significar, é atravessado pela palavra, pelo silêncio, e pelo Outro. Para Green ([1979]/2004), “o silêncio é a condição de *a priori* para estabelecer os laços entre os diferentes tipos de significantes, ou entre significantes da mesma natureza” (p.26). No entanto, esses sentidos construídos pelas relações entre o silêncio e a palavra, não são suficientes se os múltiplos discursos não forem também significados.

Para Orlandi (2007), os discursos são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que “refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí

representados, constituem sentidos diferentes” (p.20). O que quer dizer que o processo de significação vai além da palavra, do silêncio ou do não-dito. O sentido do discurso está radicalmente subordinado a um jogo de posições. Em outras palavras, a posição que o sujeito ocupa no discurso define o modo com que ele se relaciona com o outro (laço social). É o discurso que atravessa o sujeito conduzindo-o, segundo a AD, a partir de sua ideologia.

Assim como o conceito de discurso desenvolvido pela AD, Lacan ([1969-70]/2007) também formula uma teoria do discurso que vai além da palavra, que é sempre mais ou menos ocasional. Trabalha para distinguir o que está em questão no discurso, como os modos de estruturação do laço social, e fala de “um discurso sem palavras” ([1969-70]/2007, p.11), que não significa sem linguagem, mas, sim, que há linguagem sem palavra. A partir de matemas específicos, Lacan estrutura quatro discursos. Para o psicanalista, “mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas” (LACAN [1969-70]/2007, p.11).

Ao longo deste capítulo, buscamos desenvolver algumas aproximações entre a psicanálise e a AD, principalmente no que diz respeito ao conceito de *Outro*, e de discurso. No próximo capítulo apresentaremos o caso Dora, que será dividido em dois momentos. No primeiro, pretende-se apresentar as características estruturais do caso: o histórico da paciente, seu quadro clínico, seus personagens e os principais acontecimentos que envolvem a jovem paciente. Depois, serão descritos os dois sonhos de Dora, sem se aprofundar nas interpretações realizadas por Freud.

O tratamento iniciou em outubro de 1900 e terminou no final de dezembro do mesmo ano. Todos os atendimentos foram realizados em Viena, no consultório de Freud. No entanto, a publicação desse caso ocorreu somente em 1905, cinco anos após Dora abandonar sua análise, sob o título: “Fragmento da análise de um caso de histeria”.

CAPÍTULO III – O CASO DORA

3.1 A ESTRUTURA DO CASO

Dora contava com dezoito anos quando iniciou seu tratamento a mando de seu pai, um antigo paciente de Freud que o procurou devido a uma sífilis mal curada. O círculo familiar da paciente incluía seus pais e um irmão, um ano e meio mais velho do que ela. O pai, um industrial de sucesso, era o objeto de amor de sua filha, que era muito apegada a ele. A mãe, que concentrava todos os seus interesses nos assuntos domésticos, tinha uma relação hostil com a filha. Da mesma forma, Dora menosprezava a mãe, criticando-a duramente e subtraindo-se por completo de sua influência.

Com oito anos de idade, a paciente começou a apresentar seus primeiros sintomas neuróticos. Dora passou a sofrer de uma dispneia crônica²⁷ com acessos ocasionais mais agudos. Aos doze anos, começou a sofrer de um tipo de enxaquecas, com dores de cabeça unilaterais, bem como de acessos de *tussis nervosa*²⁸, que a acompanharam por muito tempo. Quando iniciou o tratamento com Freud, a paciente ainda sofria com os acessos de *tussis nervosa*, que costumavam vir acompanhadas com a perda completa da voz. O estopim para o início do tratamento de Dora foi uma carta de despedida encontrada pelos pais, em que ela dizia que não podia mais suportar a vida.

Freud diagnosticou este caso como uma *petite hystérie*²⁹, com os sintomas somáticos e psíquicos mais comuns da estrutura histérica, dispneia, *tussis nervosa*, afonia, possivelmente enxaquecas, junto com depressão, insociabilidade histérica e um *taedium vitae*, que provavelmente não era muito levado a sério.

Em conversa com o pai da paciente, este contou a Freud que ele e a família tinham uma amizade íntima com a família K., que era composta pelo casal Sr. e Sra. K. e pelos dois filhos. A Sra. K. cuidou do pai de Dora durante a sua longa enfermidade, estabelecendo com ele uma relação muito próxima. Já o Sr. K. tinha muito apreço por Dora, com quem era muito amável e atencioso. Sua relação com a jovem era permeada por elogios e pequenos presentes, que perdurou até o episódio do lago³⁰, fato importante para desenvolvimento da doença de Dora.

²⁷ Falta de ar.

²⁸ Tosse nervosa.

²⁹ Pequena histeria.

³⁰ O episódio do lago será apresentado no próximo parágrafo.

Dois anos antes de iniciar o seu tratamento com Freud, Dora e seu pai, como de costume, foram passar o verão na casa dos K., num dos lagos nos Alpes austríacos. Tudo ocorria bem até que Dora, repentinamente, mudou seu comportamento e decidiu voltar para casa com seu pai antes da data prevista, não ficando mais algumas semanas como fora programado. No entanto, tudo se esclareceu quando Dora, em confissão para a mãe, contou-lhe que o Sr. K. fizera-lhe uma proposta amorosa quando os dois retornavam de um passeio pelo lago. Admitindo à jovem, afirmou-lhe que a Sra. K. não significava nada para ele.

O ocorrido foi logo transmitido para o pai de Dora, que chamou o Sr. K. para prestar contas de seu comportamento. Frente aos fatos, o acusado negou qualquer conduta de sua parte e apontou para Dora suspeitas sobre possíveis interesses por assuntos sexuais, derivados de leituras e curiosidades endereçadas e saciadas pela Sra. K. “Acreditando” nessa hipótese, o pai de Dora concordou com o Sr. K. de que, provavelmente, excitada por suas leituras, a jovem teria “imaginado” toda cena que descrevera.

Dora já havia pedido a seu pai que rompesse relações com os K., mas depois do episódio do lago, a pressão aumentou consideravelmente, em particular com a Sra. K., a quem antes a jovem investia amáveis sentimentos.

Não tinha sido a primeira vez que o Sr. K. empreendera para além do galanteio com a jovem paciente. Dora comunicou a Freud uma experiência anterior a do lago. Contava então com quatorze anos. O episódio foi o seguinte: o Sr. K. tinha combinado com a mulher e com Dora de se encontrarem em sua loja, para dali seguirem para um festival religioso. No entanto, os planos do Sr. K. eram outros. Arquitetou uma forma de ficar sozinho com Dora, dispensando os empregados e induzindo a mulher a ficar em casa. Foi o que aconteceu. Quando Dora chegou para encontrar o casal, encontrou somente o Sr. K., que, após algum tempo de conversa, aproximou-se subitamente da moça e deu-lhe um beijo nos lábios. Ao contrário do que se possa pensar de uma jovem virgem de quatorze anos, Dora sentiu uma violenta repugnância daquele homem, deixando a loja às pressas em direção à rua.

Após a descrição desse último episódio, segundo na sequência, mas primeiro na ordem temporal, Freud delineou o atual estado da paciente a partir de três sintomas: a repugnância, a sensação de pressão na parte superior do corpo e a evitação dos homens em conversa afetuosa.

Aos poucos, Dora foi percebendo que a relação entre o seu pai e a Sra. K. era mais do que uma grande amizade, contrariando aquilo que ele havia dito a Freud, em uma de suas conversas sobre a filha, de que sua amizade com a Sra. K. não tinha nada de ilícito, que eram apenas dois pobres coitados que se consolavam através de um interesse amistoso.

O dessabor de Dora a respeito das visitas diárias de seu pai a Sra. K. e a leviandade com que aquele encarava as interrogativas da filha motivaram ainda mais a desconfiança e aumentaram o investimento libidinal de Dora nesse caso. A jovem ocupava-se em controlar as idas e vindas do pai e da Sra. K., sendo que qualquer movimento para além do habitual era meticulosamente investigado por ela.

No início da relação entre as duas famílias, Dora, então adolescente, viveu anos de intimidade com a Sra. K. Era comum Dora hospedar-se na casa dos K. e partilhar o mesmo leito com a Sra. K., sendo o marido desalojado. A relação das duas era de confiança e aconselhamentos. Dora investia na Sra. K. todas as suas dúvidas sobre a vida sexual e assuntos semelhantes. Já a Sra. K. queixava-se sobre as dificuldades de sua vida conjugal, depreciando o marido para a jovem moça.

Além da Sra. K., Dora também teve uma outra mentora que a iniciou nos assuntos de cunho sexual. Foi sua última governanta, uma moça solteira e mais velha que costumava ler toda sorte de livros sobre a vida sexual e esclarecia as curiosidades da moça acerca do tema. Nessa época, a mãe de Dora já tinha se queixado para a filha sobre a acentuada intimidade entre o seu marido e a Sra. K., mas Dora fechou os olhos para as desconfianças da mãe. No entanto, abriu-os para um outro lado e notou que a governanta estava apaixonada pelo seu pai. Dora observou que, quando ele estava em casa, a governanta fazia de tudo para lhe agradar, era divertida e atenciosa com ela, mas quando o pai estava ausente, percorrendo algumas de suas fábricas, notou que a governanta não tinha tempo para ela, não queria passear e tampouco interessava-se por suas atividades. Quando o pai retornava, a governanta tornava-se de imediato prestativa e atenciosa novamente. Com esses eventos, Dora se deu conta de que a governanta não a apreciava nem a tratava bem por sua própria causa, e, sim, por causa de seu pai.

Retomando a cena do lago, quando o Sr. K. fora intimado a prestar explicações sobre o ocorrido, afirmou ao pai de Dora que uma moça que lia livros sobre temas proibidos e se interessava por essas coisas não podia ter nenhuma pretensão ao respeito de um homem, respondendo que o imaginário da jovem era fecundo a ponto de produzir

tal situação. Dora sabia que a única pessoa que poderia ter contado ao Sr. K. sobre o seu acesso a revistas e livros que tratavam sobre assuntos de cunho sexual era a Sra. K. Novamente, assim como ocorreu com a governanta, Dora sentiu-se traída: a Sra. K. também não a amava por ela mesma, mas sim por causa do pai.

Não tardou para Dora começar a perceber qual era o seu lugar nesse drama amoroso. Segundo Freud, era possível observar na jovem, além da ternura direcionada e demandada ao pai, também uma raiva por utilizá-la como moeda de troca com o Sr. K., por sua tolerância com relação ao caso amoroso que mantinha com sua esposa. O sentimento de Dora era ambivalente, assim como as suas queixas, posto que a jovem paciente jamais se opôs ou impossibilitou um encontro do pai com a Sra. K., ao contrário, Dora sempre colaborou, acobertando-os e aceitando o lugar de objeto de permuta.

A relação entre o Sr. e a Sra. K. era distante. Esta, quando o marido estava em casa, era frequentemente acometida por alguma enfermidade. Não era incomum ter que passar alguns meses num sanatório para doentes nervosos por não poder andar. No entanto, quando o marido deixava a cidade, logo se tornava uma mulher sadia e cheia de vida. Além das curiosidades sobre a vida sexual, Dora também aprendeu com a Sra. K. todo alcance de uma doença. Primeiramente, direcionada ao Sr. K., desenvolvendo um quadro de *tussis nervosa* e afonia que duravam de três a seis semanas, exatamente o tempo em que o Sr. K. estava ausente. Segundo Freud, Dora estava demonstrando todo o seu amor ao Sr. K., quando o amado estava longe, ela renunciava a fala; quando retornava, sua voz também ressurgia como se reencontrasse um motivo para falar. Depois, a própria doença de Dora visava um objetivo, mas que, nesse momento, após o episódio do lago, já não tinha como finalidade o Sr. K., mas afastar o pai de sua relação com a Sra. K.

Antes do aparecimento da Sra. K., Dora já lutava contra a mãe pelo amor incondicional do pai. Além de sua doença, que começou a produzir seus primeiros sintomas na infância, desacomodando o pai do seu leito conjugal para poder cuidar da jovem enferma, Dora também ocupava o lugar da mãe em alguns afazeres domésticos e como a única cuidadora que podia prestar pequenos serviços às muitas enfermidades do pai. Todos esses lugares ocupados por Dora na sua infância e puberdade eram autorizados e reforçados pelo pai, que, segundo Freud, sentia-se orgulhoso do desenvolvimento precoce da filha, tornando-a sua confidente.

Num primeiro momento, Freud orientou o tratamento de Dora com a seguinte proposição: acreditava que até o episódio do lago a

paciente tentava suprimir o seu amor pelo Sr. K., mas que por motivos desconhecidos, foi novamente direcionado e reforçado para o pai. Num segundo momento, Freud supôs um outro desenvolvimento para o caso, segundo ele, “o motivo de Dora ocupar-se das relações entre seu pai e a Sra. K. destinava-se não apenas a suprimir seu amor pelo Sr. K., que antes fora consciente, mas também o de ocultar o amor pela Sra. K., que era inconsciente num sentido mais profundo” (p.66). Dessa forma, o amor antes despendido ao pai tornara-se inveja, uma vez que era ele que detinha o amor da Sra. K. E para esta, o sentimento era de raiva, pela traição que lhe causava com o pai.

É sabido que essa última interpretação só ocorreu depois que a paciente abandonou o tratamento. Todas as intervenções de Freud foram pautadas no suposto amor de Dora pelo Sr. K., mas que fora reprimido pela forte presença do pai.

3.2 OS DOIS SONHOS DE DORA

Durante a exposição do capítulo anterior, são poucos os momentos em que aparece algum tipo de intervenção do lado do analista, e, ao que parece, o relato de Dora concentra-se em fatos que parecem distantes a ela, direcionando-os para o campo do outro, não se implicando com os acontecimentos que a cercam.

A partir do relato do primeiro sonho, o tratamento de Dora assume uma nova direção, uma vez que Freud utiliza-se desse material e de suas decorrências para avançar no trabalho analítico, considerando o entrelaçamento desse sonho com a trama da análise. De acordo com Dora, esse sonho era recorrente desde a sua infância, mas não recordava quando o tivera pela primeira vez. Sabia dizer apenas que durante as suas férias nos Alpes austríacos, onde ocorreu o episódio do lago, teve o mesmo sonho três noites consecutivas e que, ao iniciar o tratamento, voltou a tê-lo.

Os sonhos serão descritos tal como Freud os relatou.

O primeiro sonho: *“Uma casa estava em chamas. Papai estava ao lado de minha cama e me acordou. Vesti-me rapidamente. Mamãe ainda queria salvar sua caixa de joias, mas papai disse: ‘Não quero que eu e meus filhos nos queimemos por causa da sua caixa de joias’. Descemos a escada às pressas e, logo que me vi do lado de fora, acordei.”*

O segundo sonho apareceu algumas semanas depois: *“Eu estava passeando por uma cidade que não conhecia, vendo ruas e praças que me estavam estranhas. Cheguei então a uma casa onde eu morava, fui*

até meu quarto e ali encontrei uma carta de mamãe. Dizia que, como eu saíra de casa sem o conhecimento de meus pais, ela não quisera escrever-me que papai estava doente. ‘Agora ele morreu e, se quiser, você pode vir’. Fui então para a estação [Bahnhof] e perguntei umas cem vezes: ‘Onde fica a estação?’ Recebia sempre a mesma resposta: ‘Cinco minutos’. Vi depois à minha frente um bosque espesso no qual penetrei, e ali fiz a pergunta a um homem que encontrei. Disse-me: ‘Mais duas horas e meia’. Pediu-me que o deixasse acompanhar-me. Recusei e fui sozinha. Vi a estação à minha frente e não conseguia alcançá-la. Ali me veio um sentimento habitual de angústia de quando, nos sonhos, não se consegue ir adiante. Depois, eu estava em casa; nesse meio tempo, tinha de ter viajado, mas nada sei sobre isso. Dirigi-me à portaria e perguntei ao porteiro por nossa casa. A criada abriu pra mim e respondeu: ‘A mamãe e os outros já estão no cemitério [Friedhof].’”

De acordo com Freud, a interpretação desse segundo sonho prosseguiu com alguma dificuldade. Primeiramente devido à interrupção da análise, impossibilitando o desenvolvimento de todo o seu conteúdo, e, depois, devido a uma insegurança mencionada por Freud acerca de sua memória sobre a ordem em que as deduções do caso foram feitas.

O trabalho empreendido por Freud sobre os dois sonhos de Dora abrange quarenta das cem páginas da descrição deste caso clínico. É justamente nestes dois capítulos intitulados “O primeiro sonho” e “O segundo sonho” que Freud desenvolve a maioria de suas interpretações e intervenções, além de ser o momento em que se supõe que há por parte de Dora, uma tímida implicação com as suas questões.

Um pouco mais adiante, no momento da análise do caso, retornaremos a *nossa* descrição. Dizemos *nossa* porque a elaboração apresentada neste capítulo, não reproduz o texto publicado por Freud em todos os seus pormenores. O que tentamos apresentar foi um recorte do caso clínico, apoiados na noção de *corpus* desenvolvida pela análise do discurso. Interessado na singularidade do autor, esse conceito busca ressaltar as especificidades do texto a partir das apropriações e das escolhas de cada autor. Segundo Sargentini (2011), a noção de *corpus* aproxima a produção discursiva da parte prática a ser desenvolvida na análise. Ou seja, o sentido do texto é produzido a partir da posição ocupada pelo seu autor.

Desse modo, não estamos interessados em produzir uma neutralidade textual, pelo contrário, tanto a AD quanto a psicanálise trabalham em função da manifestação da singularidade do sujeito, e não de sua supressão.

CAPÍTULO IV – OS QUATRO DISCURSOS LACANIANOS

4.1 UM BREVE HISTÓRICO

No final do ano de 1969, após aproximadamente um ano e meio do episódio político que ficou conhecido como Maio de 68, Jacques Lacan iniciava mais um de seus seminários, intitulado “O avesso da psicanálise”.

Maio de 68 foi um episódio para além de quaisquer classificações. Ainda hoje, cientistas políticos e sociais tentam avaliar os efeitos dos seus acontecimentos. Segundo Cohn (2008), havia um espírito novo sobrevoando Paris, em que as reivindicações de reformas na sociedade eram apenas a ponta do *iceberg* na busca por uma reinvenção das formas de existir e se relacionar com o mundo. Maio de 68 foi uma ação contra os discursos vigentes, reproduzidos pelo Mestre e pelo Universitário. Frente a esses poderes, o “mal-estar estudantil” alavancou a busca por novos discursos, formas outras de se constituir laços sociais.

De acordo com Morin (2008), o caráter excepcional de Maio de 68 está na deflagração de nível nacional que o movimento alcançou. Segundo o autor, esta foi a única revolta estudantil que, por um processo de combustão em cadeia, atingiu primeiramente toda a juventude e depois toda a sociedade. Maio de 68 deixou suas marcas. Deu visibilidade a grupos minoritários, que até então estavam confinados entre as paredes de seus centros acadêmicos, e desestabilizou uma sociedade industrial, que não duvidava de si mesma e que acreditava repousar em terreno solidamente estruturado pelo homem moderno. No entanto, desde 1968, a sociedade sabe que seu subsolo é poroso.

Ao trazer esse episódio, não estamos afirmando que o movimento de Maio de 68 tenha motivado Lacan a produzir os quatro discursos. Em vários momentos, o próprio psicanalista insistiu para não relacionar as críticas sofridas pelas instituições, principalmente as de ensino, com o que resultou na constituição dos seus discursos. Segundo Souza (2008), Lacan considerava que os acontecimentos de Maio de 68 causaram uma repercussão mais ampla sobre as universidades, do que na psicanálise.

O movimento de Maio de 68 atingiu, direto ou indiretamente, grande parte dos intelectuais europeus, principalmente os que residiam na França. No entanto, tal fato não garante que a elaboração lacaniana dos quatro discursos esteja vinculada a “revolução”. Levando em conta os seminários que antecedem o livro 17, principalmente os dois últimos, é possível perceber que suas elaborações já apontavam para o

desenvolvimento de uma teoria orientada por um “discurso sem palavras”.

Assim, acreditamos que os quatro discursos lacanianos seriam igualmente estruturados pelo seu autor, mesmo sem a irrupção do “movimento”. Contudo, não podemos ignorar que Maio de 68 deixou marcas em toda uma geração de pensadores, mesmo que seja difícil mensurar a sua influência em determinadas teorias.

A seguir, trataremos acerca do percurso teórico de Lacan para constituir a base dos quatro discursos.

4.2 A PRODUÇÃO DOS QUATRO DISCURSOS

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

D. da Psicanálise

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

D. do Universitário

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

D. da Histórica

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

D. do Mestre

Os quatro discursos lacanianos são uma tentativa lógica de estabelecer os limites do simbólico na relação entre o sujeito e o outro, atravessada pelo real da linguagem. Com relação à sua composição, cada discurso é estruturado por um matema específico, formulado por meio da coordenação de quatro letras – S1, S2, \$, a – que ocupam quatro lugares fixos: agente, saber, produção e verdade. Cada discurso é produzido a partir da rotação horária de um quarto de giro dessas quatro letras por cada um desses quatro lugares. A sequência lógica das letras é mantida inalterada. O resultado desta formulação é o surgimento de quatro matemas, um para cada discurso, são eles: o Discurso da Psicanálise, o Discurso do Universitário, o Discurso do Mestre e o Discurso da Histórica. De acordo com Darmon (1994), Lacan foi buscar na operação de permutação circular, conceito conhecido na matemática e na teoria dos grupos, a base para obtenção dos seus quatro discursos. Nesta operação, nenhuma comutação³¹ é possível.

Segundo Coutinho Jorge (2002), os quatro discursos correspondem às estruturas mínimas de todo e qualquer laço social, sempre concebido como fundado exclusivamente na linguagem. De

³¹ Inversão da ordem com que se efetua uma operação entre dois elementos de um conjunto.

acordo com Quinet (2009), o discurso como laço social é um modo de aparelhar o gozo com a linguagem, pois, para permitir o estabelecimento mínimo das relações entre as pessoas, o processo civilizatório exige do sujeito uma renúncia pulsional, ou seja, uma perda real de gozo. Fink (1998) afirma que todo discurso³² requer uma perda de gozo e tem sua própria mola mestra ou verdade (com frequência, cuidadosamente dissimulada).

Lacan opõe o discurso à palavra quando propõe os quatro discursos. Segundo ele, trata-se de se aproximar, por uma via matemática, do real que determina esses discursos; ou seja, da estrutura que condiciona as enunciações efetivas (DARMON, 1994).

A formulação dos quatro discursos tem como ponto de partida o Discurso do Mestre. O início da constituição de seu matema está na operação de alienação do significante ao qual estamos todos assujeitados (FINK, 1998). Este primeiro momento é representado pela seguinte notação: $S1 \rightarrow S2$. Em que $S1$ chamaremos de significante mestre³³ e $S2$ como a *cadeia de significantes* que representa o significante primordial ($S1$). Essa operação foi denominada por Lacan como *Metáfora Paterna*. O trajeto de $S1 \rightarrow S2$ tem como efeito o surgimento do sujeito. Como afirma Lacan (1969), “um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante” (p.11). Sendo assim, tem-se até o momento a seguinte elaboração: $\frac{S1}{\$} \rightarrow S2$. No entanto, com o surgimento do sujeito, algo se perde desta operação. Este resto, denominado por Lacan como objeto *a*, é o que cai no nível do ato fundamental da existência do sujeito. Isto porque este resto é o resultado da repetição inerente à produção da cadeia de significantes.

Com isso, o matema que representa o Discurso do Mestre fica completo, assim como a matriz fundamental para constituição dos demais três discursos. A estrutura do discurso do mestre é representada algebricamente da seguinte forma: $\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$.

As letras que transitam entre os lugares fixos definidos por Lacan, foram produzidas a partir do Discurso do Mestre e têm o mesmo significado independentemente do lugar ocupado no matema. Sendo assim, tem-se $S1$: o significante–mestre; $S2$: o saber; $\$$: o sujeito; a : o objeto *a*.

³² Exceto o discurso da psicanálise, que propõe não uma perda, mas uma transformação do gozo.

³³ Recalque originário

Segundo Darmon (1994), além de fundar o ponto de partida para a constituição dos demais discursos, o Discurso do Mestre também organiza os lugares fixos que cada letra irá ocupar. Segundo Coutinho Jorge (2002), tais lugares são escritos por Lacan por meio de dois binômios interligados por uma seta:

$$\frac{\text{agente/semblante}}{\text{verdade}} \rightarrow \frac{\text{saber/Outro}}{\text{produção/perda}}$$

O agente, segundo Lacan (1969), não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir. O lugar do agente determina, por seu dito, a ação (GUY LÉRÈS, 1999 *apud* COUTINHO JORGE, 2002). O lugar do saber³⁴, também referido por Lacan como o campo do Outro, é o lugar visado pelo agente e movido pelo seu dito. Segundo Villela Dias (2008), o agente é aquele que movido por sua verdade, ao intervir no campo do Outro, coloca-o a trabalhar e recebe, sob o nome de mais-de-gozar³⁵, a sua produção. De acordo com Darmon (1994), o mais-de-gozar é constituído por esta perda, este resíduo da operação pelo qual um significante (S1) intervém no campo dos outros significantes articulados entre eles (S2), tendo como efeito um sujeito dividido (\$). A verdade é aquilo que legitima para o Outro o dito do agente, possibilitando sua produção. O agente opera baseado na sua verdade, que é sempre uma meia-verdade. Diferentemente do saber, a verdade revela um real em cada um dos quatro discursos, no momento em que este lugar é ocupado por uma letra distinta que caracteriza cada um deles. A verdade é aquilo que o agente tenta esconder do Outro, pois ela desvela a sua estrutura.

Segundo Lacan ([1970]/2007), há um contraste entre a primeira e a segunda linha de cada uma das quatro fórmulas apresentadas. A primeira, indicada por uma flecha, é definida como uma relação

³⁴ Quando nos referirmos ao lugar do saber, ou seja, ao campo do Outro, notaremos como Outro. Já se estivermos nos referindo ao outro significante, indicando o lugar do semelhante, ou seja, da relação discursiva entre o agente e o outro do discurso, notaremos como outro.

³⁵ Segundo Oliveira (2008), “o mais-de-gozar, enquanto função, é um efeito do discurso que o articula” (p.3). A ideia fundamental é a de que o discurso pressupõe a perda de um objeto que deverá então retornar enquanto objeto a ser recuperado (OLIVEIRA, 2008). Descrito como homólogo à mais-valia de Marx, o conceito de mais-de-gozar revela um “a mais” – ou um gozo “excedente” que se apresenta como não recuperável pelo sujeito – na medida em que está, de entrada, perdido (SOUTO, D’AGORD & SGARIONI, 2014).

impossível. De acordo com Villela Dias (2008), todo discurso é definido como a forma particular de um sujeito estabelecer um laço social com o outro. No entanto, nesse laço vigora uma impossibilidade radical, considerada um fato de estrutura. Segundo Lacan ([1964]/1979), a chave desta relação impossível situa-se na segunda linha, onde não existe comunicação entre produção e verdade. De acordo com Elia (2002), a função da verdade, associada à impotência, é encobrir a impossibilidade. Nas palavras de Lacan ([1970]/2007), a impotência cobre a mais sutil impossibilidade.

O resto, representado pela produção, é aquilo que garante a impossibilidade entre o agente e o Outro. Sendo assim, esta produção não tem, em qualquer caso, relação alguma com a verdade. Toda impossibilidade nos deixa em suspense quanto à sua verdade, como se esta impotência, situada entre os lugares da produção e da verdade fosse algo tido como uma proteção da verdade do agente. Não é por acaso que Lacan ([1970]/2007) conclui que a verdade é irmã do gozo. Isso porque, quando tomada pelo sujeito como objeto de amor, a verdade entorpece o apaixonado e encobre todas as incidências do impossível do real em sua experiência (ELIA, 2002).

Segundo Coutinho Jorge (2002), os quatro discursos propostos por Lacan recobrem as três atividades mencionadas por Freud em seu artigo de 1937, intitulado “Análise terminável e interminável”, como as profissões impossíveis – são elas *Regieren, Erziehen, Analysieren*, quer dizer: governar, educar e analisar. Mas o que é impossível na relação entre o agente e o Outro? Lacan não nega a existência de uma articulação entre os significantes que ocupam estes dois lugares, mas adverte que todo resultado obtido desta operação será parcial, isto porque é no plano do impossível que se define o que é real, um lugar inapreensível, posto que esta sempre inacabado. (LACAN, [1970]/2007). Sendo assim, se é real que haja o analista, isto se dá justamente porque é impossível. E, admitindo-se esta impossibilidade, uma meia-verdade sobre o sujeito pode ser produzida.

No final do século XIX, com o nascimento da psicanálise, surgem também dois dos quatro discursos trabalhados por Lacan: o Discurso da Psicanálise e o Discurso da Histeria. O primeiro, pelo fato de que até o aparecimento da psicanálise, o sujeito não ocupava o lugar do Outro na relação médico/paciente. O tratamento era estabelecido a partir do Discurso do Mestre, em que o paciente era tratado como uma extensão da sua doença. Todos os quatro discursos são modalidades de tratamento do outro, mas segundo Quinet (2006), o Discurso da Psicanálise é o único que confere ao outro o lugar de sujeito.

Distinto do discurso da ciência, a psicanálise vem romper com o método cartesiano ao postular a hipótese do inconsciente, apropriando-se das bases do *cogito ergo sum*, afirmando “lá onde penso, não sou” e o sujeito é, lá onde não pensa, no inconsciente. Supõe-se assim, que há um sujeito do inconsciente (sonho, lapso, sintoma, chiste), ou seja, o sujeito deixa de ser pensado como substância para assumir um lugar parcial na sua relação com o outro.

A descoberta freudiana funda, no final do século XIX, um novo saber frente ao determinismo psíquico e à negação da subjetividade inerente à universalidade defendida pela ciência. O inconsciente freudiano, assim como a teoria heliocêntrica de Copérnico e a seleção natural das espécies de Darwin, desvelou, ao questionar a verdade de sua época, que há um saber que não se sabe, que o *Homo cartesianus* é castrado, uma vez que algo transcende à sua razão. Dessa forma, Freud infligiu à humanidade uma terceira ferida narcísica, descentralizando o homem de seu “próprio domínio”. Como afirma Lacan ([1955]/1998), “não há ninguém que não seja pessoalmente afetado pela verdade” (p.406). Assim, Freud não produz apenas um novo método acerca do sofrimento psíquico, desenvolvido a partir de sua prática clínica. A psicanálise, como área do conhecimento, estabelece um novo discurso e uma nova concepção de sujeito, o do inconsciente.

No entanto, persiste tanto no meio científico como no senso comum, o questionamento acerca do lugar da psicanálise, se dentro ou fora das ciências. Freud tentou esclarecer que a psicanálise não é uma *Weltanschauung*³⁶, mas que estava situada dentro da ciência, já que se utilizava dela para desenvolver a sua prática. A ciência está pautada em uma suposição fundamental, e embora Freud não tenha referido qual seria essa suposição, Mezan (2007) afirma que essa pedra fundamental à qual a ciência está ancorada, é a crença na racionalidade do real; a suposição de que “existem leis que governam os fatos e causas que os determinam segundo essas leis” (p.325). Contudo, mesmo que a psicanálise se utilize da *Weltanschauung*, ela não se propõe a contemplar o todo; está advertida da impossibilidade do saber completo, totalizante, e de que essa verdade que a ciência busca, não existe. Para a psicanálise, a única verdade segura é a castração. (LACAN, [1969-70]/2007).

No caso da histeria, Freud se propôs a tratar suas pacientes a partir de uma clínica estrutural e não baseado na clínica descritiva ou fenomenológica, comumente utilizada em sua época. Além disso, a

³⁶ A tradução mais comum para o termo é a “visão de mundo”.

histérica, pela primeira vez ganhou voz, uma voz que fala de um sofrimento e não de um fingimento. O fator psicológico, atribuído aos sintomas histéricos, foi um dos avanços da clínica freudiana. Até o advento da psicanálise, havia dois diagnósticos possíveis para a histeria: fingimento ou patologia exclusivamente orgânica. Foi Freud, juntamente com Breuer, que inaugurou uma nova maneira de se diagnosticar e tratar a histeria.

Para a ciência da época, a histeria representava um enorme desafio, pois as bases neurológicas deste quadro jamais foram encontradas, sua sintomatologia apesar de manter semelhanças com outros quadros psíquicos apresentava divergências e incoerências, dificultando estabelecer parâmetros a partir de uma verificação empírica, na lógica anatomopatológica. A partir de suas descobertas com as histéricas, Freud foi reinventando a sua clínica, aproximando-se cada vez mais da singularidade de seus pacientes, tentando estabelecer um outro tipo de escuta, não mais a médica, mas a psicanalítica. Desse modo, podemos dizer que o Discurso da Histérica surge com o advento da psicanálise, que por sua vez, não seria possível sem os ensinamentos das histéricas.

Os outros dois discursos trabalhados por Lacan, o Discurso do Mestre e o Discurso do Universitário, já estavam presentes nas relações sociais antes do advento da psicanálise. Foi a partir de Hegel, com sua dialética do senhor e do escravo, que Lacan avançou com relação ao Discurso do Mestre. As definições hegelianas sobre o movimento dialético entre o senhor e o escravo deram lugar, respectivamente, para a relação impossível entre o mestre e o saber (Outro).

Segundo Kojève (2002), ainda com relação à dialética do senhor e do escravo, o homem tenta ser reconhecido como livre e autônomo pela força, sendo que nenhum dos dois deve morrer, um deve ser o vencedor e o outro, o vencido. Do ponto de vista do senhor (vencedor), ele se reconhece através do reconhecimento pelo outro, mas não reconhece esse outro. O senhor é reconhecido, mas a consciência pela qual é reconhecido é a do escravo. Ele existe para um homem, mas esse homem é apenas um escravo, por isso nunca estará satisfeito, pois é reconhecido por uma consciência não livre (KOJÈVE, 2002).

A dialética do escravo ou a consciência servil define o escravo como aquele que está sujeito ao mundo natural, já que preferiu viver. O escravo trabalha para o senhor, pois reconhece a sua liberdade. Ao servir o senhor, o escravo segue a vontade do outro, ou seja, não experimenta a liberdade de ser homem, pois isso acarretaria a consciência da finitude da existência humana, porque só a morte individualiza, de fato, a

existência. Todavia, o escravo tem medo da morte, por isso não se lança em direção a liberdade e prefere permanecer na posição do outro de seu senhor, garantindo sua vida (KOJÈVE, 2002).

Há séculos que o Discurso do Universitário atua como uma possibilidade de laço social. De acordo com Quinet (2009), a tirania do saber, que exige, a qualquer custo, a obediência ao mandamento do conhecimento e a ordem como a verdade da ciência, ainda estrutura as instituições de ensino (universidades e escolas), ou quaisquer relações em que o ato de educar represente a dominação do saber sistemático como autoridade máxima, reinando no lugar de domínio cego em que tudo tem sua razão (FINK, 1998).

Lacan formula algebricamente a escrita dos quatro discursos, visando estabelecer a estrutura que determina as enunciações elementares produzidas pelo falante. De acordo com Coutinho Jorge (2002), seguindo as próprias indicações de Lacan, pode-se afirmar que o Discurso da Psicanálise veio não só introduzir uma nova forma de laço social, mas também possibilitar que os outros discursos pudessem ser isolados. É o Discurso da Psicanálise que permite a inscrição congruente dos outros discursos com ele mesmo. (DARMON, 1994). Sendo assim, tomaremos o Discurso da Psicanálise como referência principal para estabelecer a leitura dos demais discursos. Por esse motivo, iniciaremos por ele a apresentação dos quatro discursos.

4.3 O DISCURSO DA PSICANÁLISE

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

O analista, ao ocupar o lugar de agente do Discurso da Psicanálise (DP), o faz sob a forma de objeto *a*, fazendo “semblante”³⁷ de objeto

³⁷ Termo de difícil definição, o conceito de semblante aparece na obra de Lacan, no seminário 17, a partir da formulação dos quatro discursos, nos quais ele indica o lugar de agente como o próprio lugar de semblante. No seminário seguinte, livro 18, Lacan desenvolve esse conceito mais profundamente a partir do aforismo que “não há discurso que não seja semblante”, ou seja, todo discurso, toda relação com o outro só pode dar-se ocupando um lugar de semblante, a partir dos significantes que representam o sujeito. O sentido que Lacan atribui ao conceito de semblante é uma invenção, não está contemplado nos dicionários de língua francesa. O deslocamento que o psicanalista faz desse termo, pela barreira da língua, dificulta a sua compreensão, uma vez que a palavra semblante em francês assume sentidos diferentes do português. Em

causa do desejo do analisante. Essa função desempenhada pelo analista, segundo Villela Dias (2008), possibilita uma dupla face, a de impossibilidade, decorrente da perda originária, que causa o desejo do sujeito; e, na função de suplência, o mais-de-gozar, na produção de maneiras de tamponar a falta no Outro.

De acordo com Roudinesco & Plon (1998), o objeto pequeno *a* foi introduzido por Lacan em 1960, para designar o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele, a ponto de ser não representável. Em outras palavras, a verdade do desejo permanece oculta para a consciência, porque seu objeto é uma *falta-a-ser*. A partir de 1967, Lacan transformou esse nada que sempre falta ali onde é esperado, num resto impossível de simbolizar. Desta maneira, o objeto causa de desejo identificou-se com o gozo, com aquilo que cai, que se desprende do simbólico para deixar que o sujeito advenha em sua verdade.

Essa posição ocupada pelo analista aciona o sujeito a dizer o que ele próprio sabe, sem saber que sabe. Mesmo na posição de agente do discurso, ele deve se opor a “toda vontade, pelo menos confessada, de dominar” (LACAN, ([1969-70]/2007)). Por isso Lacan afirma que o Discurso da Psicanálise é o avesso do Discurso do Mestre, posto que é o mestre que impõe ao outro o seu domínio. O DP é o único laço social que trata o outro como um sujeito, sem pretensões de impor um saber que seja bom para ele ou de uma verdade a ser seguida. O analista que sustenta o discurso da psicanálise o faz a partir de uma ética que lhe é própria, a ética do desejo, aquela que aposta na possibilidade de cada um, um por um, poder inventar algo que seja bom para si e que lhe permita, ao mesmo tempo, estar no laço social com os outros. Freud ([1919]/2006) situa essa posição ética tão singular:

Recusamo-nos, da maneira mais enfática, a transformar um paciente, que se coloca em nossas

nossa língua, podemos estabelecer três sentidos para o termo semblante: parecido ou semelhante; representação de um estado de ânimo no rosto (aparência); cara ou rosto humano. Já em francês, há dois sentidos que não encontramos em português: *faux-semblant* (aparência enganosa, um “semblante de” é algo de fachada, de aparência, sinônimo de simulacro) e *faire semblant de* (fazer como si, sinônimo de simular e de fingir). No entanto, a tradução que parece mais se aproximar com o sentido que Lacan buscou transmitir, faz-se a partir da homofonia da palavra *semblant* com *sens blanc*, traduzido como “sentido branco”. O lugar de semblante não é um lugar de fingimento, de verdade e tampouco de vazio.

mãos em busca de auxílio, em nossa propriedade privada, a decidir por ele seu destino, a impor-lhe os nossos próprios ideais, e com o orgulho de um Criador, a formá-lo à nossa própria imagem e verificar que isso é bom (p.178).

O sujeito no Discurso da Psicanálise, ocupando o lugar de trabalho, interroga-se acerca de seu desejo a partir das associações que produz livremente. Essa produção conduz o sujeito a ter contato, a reorganizar os significantes primordiais da sua própria história.

O saber, que ocupa o lugar da verdade, está subordinado ao objeto causa de desejo. A verdade que se propõe à psicanálise é aquela que diz respeito à revelação de um real do sujeito (analísante) por meio da queda do objeto *a*. Verdade e saber não são definições e tampouco lugares homônimos no matema psicanalítico. Há uma impossibilidade estrutural que protege a verdade, uma vez que ela é o que não se pode dizer, mas de só se fazer “semi-dizê-la”. O saber da psicanálise é um saber que toca no impossível, e que, no lugar da verdade, interpela o sujeito sob sua posição frente ao Outro (CASTRO, 2009). De acordo com Villela Dias (2008), o saber no lugar da verdade é um saber disjuncto, produzido pelo sujeito em questão.

É interessante destacar que o Discurso da Psicanálise não fica restrito a clínica. Lacan insiste no caráter essencialmente social dos quatro discursos, o que significa, tomando o DP, que se poderia reconstituí-lo em outras circunstâncias, tomando por objeto outra coisa senão o analista. Daí podemos afirmar o Discurso da Psicanálise é um entre outros, não tem nenhum tipo de privilégio nem está situado em um patamar superior. Ele é mais uma das torções possíveis, uma outra forma de organizar os elementos que inscrevem os discursos.

4.4 O DISCURSO DO MESTRE

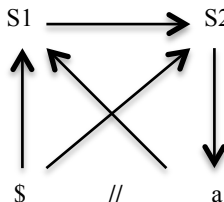
$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

No matema fundador dos quatro discursos, o Discurso do Mestre, doravante DM, apresenta na posição dominante de sua estrutura o significante-mestre, o significante não-senso. Esta nomenclatura, significante não-senso, refere-se, segundo Fink (1998), ao efeito da relação entre S1 (mestre) \rightarrow S2 (Outro), em que o mestre deve ser

obedecido – não porque o outro irá se beneficiar com isso – mas porque ele assim o diz.

Segundo Lacan ([1970]2007), o saber no DM está no plano do escravo. Ele trabalha para o senhor sem receber o produto de sua labuta. O que o mantém na posição de S2 é que ele vem encarnar o saber, entendido como algo produtivo. O escravo goza por possuir um saber que o mestre não possui. No entanto, o senhor não se preocupa com o saber, mas com a produção (mais-valia). Esse excedente (mais-de-gozar), derivado da atividade do trabalhador, mas direcionado ao mestre, não tem relação alguma com a verdade. Sendo assim, há uma impotência entre o mais-de-gozar (objeto *a*) e a verdade do mestre (sujeito). Segundo Castro (2009), isso indica um furo estrutural no discurso, em que não se pode extrair, tanto do produto quanto da produção, qualquer verdade subjetiva. De acordo com Villela Dias (2008), do trabalho do Outro surge a verdade daquele que está na posição de comando, do mestre.

Segundo Darmon (1994), o grafo tetraédrico, evocado por Lacan numa conferência em 1972, pode nos auxiliar para a compreensão dos quatro discursos, e neste caso, do DM.



O circuito disposto acima representa as relações e os retornos entre os lugares do discurso e demonstra, também, a não ligação entre o vértice *a* (objeto *a*) e \$ (sujeito), descrita por Lacan como a impotência entre a produção e a verdade.

A seta diagonal que parte do lugar ocupado pelo *objeto a* em direção a S1, ilustra o escoamento da produção de S2 a caminho de S1 (agente), e não, como se poderia supor, retornando para o produtor (S2).

A outra seta diagonal, que inicia no sujeito e finaliza em S2, demonstra que a verdade do mestre é mascarada pelo saber do Outro. O mestre sempre tenta esconder a sua verdade. Que verdade? A de que ele, assim como o escravo, também é um sujeito castrado, dividido pela linguagem. Por isso o mestre está a todo momento tentando (re)afirmar uma posição de completude, porque na realidade, ela não existe.

4.5 O DISCURSO DO UNIVERSITÁRIO

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

O Outro no Discurso da Histórica é tratado como um pai que produzirá um saber, diferentemente no Discurso do Universitário, ou DU, em que o outro, representado pelo estudante, ou nas palavras de Lacan ([1970]/2007) pelo *a-estudante*, fazendo menção ao objeto *a*, é tratado como objeto, destituído de qualquer saber ou singularidade. Sua função reduz-se a reproduzir o discurso-mestre.

Segundo Coutinho Jorge (2002), o outro do DU produzirá um sujeito racional, conforme o saber que o reproduziu. O sujeito gerado pelo DU é o produto de um resto, uma vez que deriva do mais-de-gozar e ocupa a posição de reprodução do saber. O *a-estudante*, após a sua relação com o saber (Outro), dá lugar ao sujeito da repetição, que tem como função retornar ao saber primeiro sem quaisquer mudanças que poderiam desestruturá-lo. Num primeiro momento, esse sujeito produzido pelo *a-estudante* parece um sujeito sem furos, uma vez que é preenchido por um saber universal, quase sempre sustentado por uma instituição. Porém, de acordo com Quinet (2009), o laço de educar produz, ao tratar o outro como objeto, o sujeito patológico e não o sujeito pleno.

O agente do DU é o saber. Ele é a autoridade máxima que interroga o mais-de-gozar, que ocupa o lugar do outro no discurso, trabalhando, segundo Fink (1998), a serviço do significante-mestre, em que qualquer tipo de argumentação servirá, contanto que ela assuma o disfarce da razão. O saber, segundo Souza (2008), “é recolhido sob a forma de um conhecimento organizado e cumulativo, capaz de converter-se até mesmo numa burocracia” (p.143). Do lugar de dominante, o saber dirige-se ao outro na tentativa de educa-lo, mas diferente do que se anuncia, estabelece com o *a-estudante* uma relação de interesse.

Segundo Quinet (2009), o lugar da verdade de cada discurso revela nos matemas de Lacan aquilo que se encontra velado nos laços sociais. O que o DU revela é que há um imperativo tirânico no ato de educar, representado pelo significante-mestre que ocupa o lugar da verdade neste discurso. Esse significante mostra a lei do mestre no processo de ensino-aprendizagem, em que se anuncia como imperativo de um saber único. Para que isso transcorra bem, o outro (*a-estudante*) não pode colocar esse saber universal em dúvida, como se supõe que o

sujeito dividido faria. O saber do DU não pode ser confrontado ou gerar críticas, ele tem que ser unânime. E o será, desde que seja direcionado a um “objeto”.

4.6 O DISCURSO DA HISTÉRICA

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{s1}{s2}$$

Segundo Elia (2002), aquilo que o mestre esconde e que constitui a sua verdade, a histérica expõe como agente do seu discurso: a castração. A histérica sabe o segredo do mestre, mas paga com o seu sintoma por esse saber. De acordo com Quinet (2009), o dominante do Discurso da Histérica, doravante DH, é o sintoma, “que é produzido pela recusa da coerção exigida pelo acesso à vida sexual, da penosa renúncia que ela impõe” (MELMAN, 1996, p.478). E por não querer renunciar que a histérica faz do Outro o seu mestre. Pois assim, não corre o risco de fracassar.

Souza (2008) nos chama a atenção quanto ao significante “histórico” utilizado para nomear esse discurso. Segundo o autor, “o sujeito não ocupa esse lugar de agente como portador de uma ‘patologia’” (p.131). Se fosse assim, todo DH seria operado por uma histérica (neurótica), o que não é verdade. Na realidade, o que se produz é um funcionamento histórico, o sujeito, queixando-se dos seus sofrimentos, dirige-se ao Outro conferindo-lhe um lugar de importância frente as seus sintomas.

Nos “Estudos sobre a histeria”, Freud ([1893]/2006) tenta estabelecer a causa da estrutura histérica. A base dessa comunicação preliminar é uma comparação entre a histeria e a neurose traumática; que não se sustenta, já que na histeria não é o trauma em si que desencadeia o sintoma, mas a lembrança pelo qual ele foi designado. “Isto significa que a cena traumática não encontra o seu sentido por si mesma: ela só se torna traumática quando, transformada em lembrança, é evocada pela repetição de uma cena análoga” (SERGE, 1998, p.78). Tomemos como exemplo o caso Emma, paradigmático para a concepção de trauma, descrito por Freud ([1895]/2006) no texto sobre o “Projeto para uma psicologia científica”.

Emma era uma paciente de Freud que tinha como sintoma uma compulsão por não conseguir ir à lojas sozinha. Quando Freud pede para Emma evocar a memória de algo sobre isso, a moça atribui a esse fato uma lembrança de seus 12 anos de idade, em que ela entrou em uma loja

qualquer para comprar algo e viu dois vendedores rindo juntos. A moça saiu correndo assustada e lembrou-se de que eles riam das roupas que ela usava, e também pôde se lembrar que um desses rapazes havia lhe interessado sexualmente. No entanto, Freud percebeu que essa cena não poderia ser suficiente para explicar o sintoma e sua compulsão. Não haveria motivos para Emma sentir-se mal em relação às roupas, pois deixou de usá-las agora que já era uma moça, e a ligação entre não conseguir entrar em lojas sozinha e as roupas não fica clara, tampouco o fato de um dos vendedores ter lhe agradado. Freud verificou que havia uma outra cena, anterior a essa, que desempenhou um papel fundamental na formação do seu sintoma. Essa primeira cena ocorreu quando Emma tinha 8 anos. Na ocasião, a menina vai a uma confeitaria para comprar doces e lá, o proprietário dá-lhe um beliscão em seu genital por cima de suas roupas, ao mesmo tempo que lhe lança um sorriso. Emma retornou à essa confeitaria uma segunda vez, fato este que lhe despertou posteriormente um “peso na consciência”, pois isso lhe parecia como se desejasse provocar um novo atentado. A própria paciente foi capaz de fazer a conexão das duas cenas por meio do elemento “riso”. O riso do proprietário da confeitaria (cena 01) e o riso dos vendedores na loja (cena 02).

A excitação sexual de Emma é somente desencadeada na cena 02, porém, sob forma de angustia. Isoladamente, a cena 01 não possui nenhum valor traumático, pois na época, o conteúdo sexual não fora assimilado pelo sujeito, sendo o ocorrido apenas uma experiência que deixou traços. Assim, foi somente depois da cena 02 que esses traços ganharam valor traumáticos, a partir de um mecanismo de reinscrição, por uma ação retardada. Essa ação sexualiza o que não estava sexualizado, transforma o real em real sexual. Por isso Freud ([1893]/2006) afirma que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (p.43), porque o seu sintoma é efeito *a posteriori* ligado a uma experiência passada. Depois desse pequeno desvio, necessário para a compressão da estrutura histórica, retornaremos a formulação lacaniana sobre o DH.

Na posição de dominância, o sujeito convoca o Outro, representado pelo significante-mestre, a produzir um saber sobre o seu sintoma. A histórica demanda que o mestre mostre sua substância por meio da produção de alguma coisa séria em termos de saber (FINK, 1998). No entanto, o saber produzido pelo mestre não interessa a histórica, sua demanda é um engodo cuja finalidade é ocultar a sua verdade. Dito de outra forma, a histórica elege um mestre não para admirá-lo, mas para destituí-lo deste lugar. Essa é a verdade da histórica,

produzir a insatisfação do seu desejo, já que o desconhece, e está sempre em busca de não encontrá-lo.

Assim que a histérica passa a considerar que falta saber ao mestre, ou que este não tem todas as respostas, uma dimensão de “falta-a-saber” invade o sujeito dividido, que é sentida por este como uma angústia de desamparo do “significante do pai”. Esse é o paradoxo da estrutura histérica, pois ao mesmo tempo em que elege um mestre para amar, ela também deseja destituí-lo desse lugar idealizado, pois sabe que o mestre é castrado e que este só lhe serve enquanto garantir a insatisfação do seu desejo. Nas palavras de Lacan (1970), a histérica quer um mestre sobre o qual ela reine!

O desejo da histérica não está na sua demanda, mas num “outro lugar”. Por isso que o suposto saber do mestre não é suficiente, porque se trata de um outro tipo de saber, denominado por Freud como o saber inconsciente. Foi a partir dessa compreensão que Freud pode fundar a psicanálise, pois identificou nas histéricas um saber que não se sabe, que está para além das palavras e que carrega um indizível acerca do seu desejo.

É interessante observar que o DH dá lugar ao que Lacan chamou de discurso do analisante. Isso porque, assim como a histérica, o analisante também demanda do Outro um saber sobre o seu sofrimento e as suas questões. Esse Outro, encarnado pela figura do analista, deve aceitar esse lugar de mestre, mas advertido de que se trata de um lugar idealizado pelo analisante e inerente ao processo analítico, pois possibilita a construção e a manutenção da transferência. A demanda do analisante não é endereçada “a pessoa” do analista, mas ao lugar que este ocupa no tratamento.

Para a análise do caso Dora, chamamos a atenção para “luta” da histérica para manter o seu desejo insatisfeito, recusando ocupar um lugar ativo frente as suas questões. A fim de evita-las, ela mantém sem resposta a pergunta sobre o seu desejo. O enigma sobre os sexos: o que é uma mulher? É mantido em suspenso, justamente para impedir que a histérica implique-se com a sua condição de sujeito desejante.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DO CASO DORA

O caso Dora representa um marco na psicanálise freudo-laciana. Mais de cem anos desde a sua publicação e ainda hoje o “Fragmento de um caso de histeria” (FREUD, [1905]/2006) é revisitado e relançado à literatura por psicanalistas e demais estudiosos da clínica e da história da psicanálise. Assim, podemos dizer que o caso Dora é um discurso em movimento, inesgotável em suas significações, pois cada vez que o texto é retomado, outros sentidos são produzidos a partir da singularidade do seu autor.

Foucault (2009), em sua conferência intitulada “Que é um Autor?”³⁸, realizada em 1969 na Sociedade Francesa de Filosofia, apresenta uma formulação do dramaturgo irlandês Samuel Beckett, tomando-a nos seguintes termos: “Que importa quem fala?”. A partir dessa ideia, busca desenvolver sobre os lugares ocupados pelo autor frente a sua obra. Propõe refletir sobre alguns pontos como o desaparecimento, a propriedade e a responsabilidade do autor sobre o seu texto. Foucault (2009) nos pergunta: “Qual é a natureza do *speech act* que permite dizer que há uma obra?” (p.264).

De acordo com o filósofo, não se deve simplesmente destacar as relações da obra com o autor, nem querer reconstituir através dos textos um pensamento ou uma experiência; a obra deve ser analisada “em sua estrutura, em sua arquitetura, em sua forma intrínseca e no jogo de suas relações internas” (FOUCAULT, 2009, p.269). O autor moderno, segundo Foucault (2009), adquire o estatuto de uma função. Uma “função de autor”.

Para AD, a autoria não se limita à produção de uma enunciação original. Conforme Orlandi (2009), a autoria é deflagrada sempre que qualquer sujeito se coloca, ou supõe-se colocar-se na origem de seu dizer, produzindo um texto com unidade, coerência, não-contradição, fim; mesmo sabendo que esse fim, que essa coerência é apenas um efeito dessa unidade. As formulações acerca do lugar do autor e sua obra, nos fazem pensar nos quatro discursos lacanianos, uma vez que nesse conceito são também os lugares ocupados por determinados elementos que estabelecem o sentido de cada relação.

O fato dos quatro discursos serem intercambiáveis e categóricos no campo da clínica, e da psicanálise não tomá-los como categorias

³⁸ Uma curiosidade é que Lacan assistiu esta conferência de Foucault, participando com um comentário ao final de sua exposição. Além disso, pontuamos que neste mesmo ano Lacan iniciou o seu seminário 17.

estanques a um sujeito específico, mas a um modo como o sujeito assume sua posição frente ao discurso que assume como seu, serve de pista para a concepção discursiva nos dizeres da AD para o discurso da psicanálise. Quando a psicanálise anuncia que os quatro discursos são intercambiáveis, ela está se aproximando de forma significativa da análise do discurso.

Neste último capítulo, tentaremos analisar os diferentes discursos produzidos a partir do caso Dora, acentuando o movimento dos quatro discursos de acordo com os lugares ocupados pelos integrantes do caso em determinadas situações.

Segundo Lacan ([1951]/1992), foi justamente no caso Dora, “pelo que ele representa na experiência ainda nova de transferência” (p.90), que Freud reconhece a parcialidade do analista na direção do tratamento. O trabalho com Dora possibilitou a Freud refletir sobre o lugar do psicanalista na clínica. Por isso este caso é tão representativo, pois trata justamente daquilo, que mais tarde, Freud vai “recomendar” a não repetir.

Para Katz (1992), Freud “prestou menos atenção ao relato de Dora, pois tinha um *parti pris*³⁹ (p.51) a respeito de sua síndrome e procurou encaixá-la no caso”. Isso resulta, dirá Lacan ([1951]/1992), de um preconceito de Freud com relação ao laço homossexual que unia Dora à Sra. K. Freud almejava uma “vitória do amor” aos moldes de um romance vitoriano, fato este que o faz vacilar em suas interpretações, dando ao processo analítico um tom de confissão, na medida que o saber do psicanalista está marcado com um saber que antecede o relato.

Freud encarna o significante-mestre no discurso histórico de Dora, conduzindo o caso a partir do Discurso do Mestre. Baseado em seus preconceitos, Freud não podia compreender como Dora não aceitava a corte do Sr. K., visto que este era um homem bonito; ou por que ficava enjoada quando lhe faziam um galanteio. Para ocupar-se dessas questões, Freud teria que escutar Dora em toda a sua singularidade, mas como fazer isso ocupando o lugar de mestre? Tomando o matema do DM, propomos as seguintes substituições para essa primeira leitura:

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

³⁹ Opinião pré-concebida.

$$\frac{\text{Significante mestre}}{\text{Sujeito}} \rightarrow \frac{\text{Saber}}{\text{Gozo}} \quad \frac{\text{Freud}}{\text{preconceito}} \rightarrow \frac{\text{Dora}}{\text{relação com o Sr.K.}}$$

Freud ocupa o lugar daquele que acha que sabe previamente, e pensa que o analisante deve “chegar” ali em algum momento do tratamento. O mestre exerce sobre o outro um controle que o faz produzir em causa própria, como a insistência de Freud em assinalar o Sr. K. como o objeto amoroso de Dora, apontando o caminho que a jovem deveria tomar para a “resolução de seus sintomas”. Entretanto, sabemos que o mestre é uma fachada que sustenta um lugar de aparência para ocultar a sua verdade, a de que é um sujeito dividido pela linguagem, não *todo*.

Freud interpreta as questões de Dora a partir dos seus preconceitos e tenta conduzir o caso ocupando a posição de “bom” mestre que irá colocar a sua paciente no “bom” caminho. No entanto, a psicanálise não é uma teleologia, em que se possa identificar a presença de metas, fins ou objetivos últimos em sua prática. O analista não deve aspirar nem o bem nem o mal para o analisante, mas trabalhar para a construção de uma verdade, que não é a verdade do analista, mas sim, a verdade de sujeito. Foi justamente por desejar o “bem” de Dora que Freud não a escutou, fechando-se para os significantes que estavam para além de suas palavras. O preconceito de Freud ocupa o lugar da verdade porque é justamente o que ele tenta ocultar, mas que de algum modo reaparece em seu discurso.

Naquele momento, Freud ainda não havia compreendido a dimensão bissexual presente nas históricas, e toma o caso Dora como um drama edípico clássico, interpretando que a jovem moça, “por amar intensamente o seu pai, estava impedida de passar para outro homem” (MARISCAL, 1992, p.215). Determina-se assim a identificação ao pai e depois ao Sr. K., quando emerge, segundo Freud, o amor por este que Dora não queria reconhecer. Contudo, sabemos hoje que a resistência em reconhecer que Dora desejava apenas os presentes do Sr. K., era de Freud. Como no seu primeiro sonho, deslocado na figura da mãe, o que importa para Dora não é a “joia”, mas a “caixinha”; ela só goza com a envoltura e não com o órgão, por isso, o que lhe importa é a garantia que o Outro é impotente⁴⁰, que não irá avançar além do cortejo, conservando o seu desejo insatisfeito.

Havia um contrato velado entre os quatro integrantes do caso, e cada um ocupava lugares bem definidos na relação. Para que o

⁴⁰ Assim como o pai literalmente o era.

“equilíbrio” fosse mantido, todos tinham que exercer o seu papel de acordo com o “trato”, caso contrário, alguns “desajustes” poderiam ocorrer. Até a cena do lago o discurso de Dora operava em cooperação com os demais, suas queixas eram direcionadas unicamente a sua mãe, enquanto a família K. e seu pai eram investidos de amor e admiração. Foi só após o episódio do lago que Dora rompeu com os lugares até então estabelecidos, e caiu visivelmente enferma. Analisaremos a seguir o discurso de Dora antes da cena do lago. Utilizaremos o Discurso da Histórica para pensar os lugares ocupados por cada integrante da “trama amorosa”.

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

$$\frac{\text{Desejo}}{\text{Verdade}} \rightarrow \frac{\text{Outro}}{\text{Perda}}$$

$$\frac{\text{Dora}}{\text{Sra. K.}} \rightarrow \frac{\text{Sr. K./Pai}}{\text{Garantia}}$$

O DH é marcado por um paradoxo na relação entre o sujeito e o significante mestre. Ao mesmo tempo em que a histórica se aliena a um mestre, ela também o interpela a produzir um saber sobre si. Segundo Coutinho Jorge (2002), “no lugar da dominante do Discurso da Histórica, o \$ tem valor de sintoma que pede decifração e, para tal, ela se dirige ao mestre, S1” (p.30). É desse lugar de sintoma que Dora se lança ao pai e ao Sr. K., como uma criança em falta demandando o saber e a compressão do mestre.

Enquanto o Sr. K. presenteia Dora com “caixinhas de joia”, não denotando nenhuma intenção sexual, tudo vai bem nesta relação, pois assim, a jovem pode abdicar do lugar de objeto *a* (causa de desejo), deixando-o para uma outra mulher, a Sra. K. Segundo Mariscal (1992), “colocando a Sra. K. no lugar de objeto, Dora se esquivava de ser objeto do desejo do homem. Provoca o desejo do Outro por outra mulher, é a outra que ocupa o lugar de *a*, causa de desejo” (p.216).

O mestre da histórica deve ser um teórico, e não um atuador. Enquanto o Sr. K. serviu-se das palavras apenas para flertar com Dora, não colocando em risco sua “inocência” infantil, a relação entre ambos fluía normalmente, pois os sentidos produzidos nesse discurso garantiam o lugar passivo de Dora. No entanto, segundo Lacan ([1951]/1992), o Sr. K. teve apenas que dizer algumas palavras decisivas: “Minha mulher não significa nada para mim”, para que Dora modificasse os lugares do atual discurso e consequentemente os seus sentidos. Bastou ouvir essa frase para Dora dar uma bofetada no Sr. K. e passar a se relacionar com

ele a partir de um outro lugar no discurso. É nesse momento que o mestre de Dora cai, porque tenta revelá-la como mulher, objeto causa de desejo de um homem.

Se a Sra. K. não é nada para o Sr. K., o que Dora significa para ele? Freud toma essa questão acentuando o lugar do Sr. K. e a interpreta como o momento em que Dora compreende o seu verdadeiro lugar na “trama amorosa”, o de objeto de permuta do pai com relação a condescendência do Sr. K. Mas por que a frase do Sr. K. desestabilizou tanto Dora? Se desde a sua adolescência ela já aceitara esse lugar? Porque o Sr. K só tinha valor para Dora na medida em que aparecesse como desejando a Sra. K., seu verdadeiro objeto de amor. Foi o lugar de mulher ocupado pela Sra. K. que foi questionado. Não são mais dois homens que desejam essa mulher, mas apenas um (o pai), que por sua vez, é impotente! A cena do lago é fundamental para a compreensão do caso, pois possibilita, primeiro, a reordenação dos lugares no discurso, e, depois, a diferenciação entre o objeto de identificação e o objeto de amor de Dora (MARISCAL, 1992).

Dora não deixou de amar o Sr. K. por conta de sua atitude no lago, como propõe Freud. Isso seria um paradoxo, já que sua investida era justamente para produzir um romance com a jovem. Desse modo, não houve uma decepção amorosa, simplesmente por que não havia amor. Lacan ([1951]/1992) nos esclarece justamente onde Freud vacila em sua interpretação. Segundo ele, Dora, identificada com o Sr. K., se interessa pela Sra. K. Ou seja, “é do lugar do homem que Dora se dirige à mulher com a interrogação: Que é uma mulher? A partir dessa identificação, as relações com os homens manifestam agressividade, na qual não podemos deixar de ver a dimensão narcísica” (MARISCAL, 1992, p.215).

Para Freud, se o sintoma é o retorno do recalcado, o sintoma histérico deverá ser considerado, na mulher, como o retorno da sexualidade masculina de sua infância. Segundo Serge (1998), essa tese freudiana, publicada em 1909 em suas “Considerações gerais sobre o ataque histérico”, é a primeira tentativa de Freud de estabelecer uma teoria do recalque feminina, mas ainda submetida a sexualidade masculina.

Essa identificação viril com os homens coloca Freud na mesma cadeia significativa que o Sr. K. E como Freud assume uma posição de mestre frente ao tratamento, o Discurso da Histórica em Dora reina sem que o analista muitas vezes se questione acerca do seu lugar. Prova disso é a resposta de Dora à insistência de Freud com relação a sua interpretação acerca do seu “amor reprimido” ao Sr. K. Ao final da

sessão, Dora conclui com um tom bem diferente do esperado por Freud: “não saiu grande coisa”, diz ela, e é no início da próxima sessão que Dora abandona Freud, assim como fez com o Sr. K.

Admitimos que no momento do caso Dora, Freud estava ocupado com a sua descoberta: o inconsciente e a própria psicanálise. O lugar do analista estava sendo construído por Freud de forma empírica, na relação com os seus pacientes. Por isso Freud tem dificuldades de ocupar com clareza o lugar de analista. Foi só a partir de Lacan que esse lugar pôde ser formulado como um conceito, definido pelo psicanalista como a posição de objeto *a* (causa de desejo), isso, mais de meio século depois do caso Dora.

Reconhecemos que Freud não ocupa o lugar de mestre durante todo o tratamento de Dora, ele transita por outros discursos. Como em todo processo analítico, o psicanalista pode vir a ocupar outros lugares além do esperado. No entanto, tal oscilação deve ser uma exceção ao longo do trabalho, caso contrário, pode significar alguma resistência do analista na condução do tratamento. Segundo Lacan ([1969/70]/2007), o analista pode circular pelos quatro discursos desde que o faça como analista.

Há uma passagem no caso que podemos identificar Freud ocupando o lugar de objeto causa de desejo [*a*]. Logo no início do tratamento, Dora começa a se queixar do seu lugar de objeto de permuta, do quanto é “vítima” desse caso amoroso do pai e com a Sra. K. Escutando além do enunciado, Freud oferece a Dora um lugar de sujeito dividido quando lhe pergunta: “Disso tudo que te queixas, qual é a parte que te concerne?”. É somente depois dessa intervenção de Freud, e do efeito que ela provoca em sua paciente, que podemos situar Dora no lugar não mais de sintoma, mas de sujeito dividido, implicado com a singularidade de sua história. Propomos a seguinte configuração no Discurso da Psicanálise para analisarmos a inversão dialética produzida por Freud no discurso de Dora:

$$\frac{a}{s_2} \rightarrow \frac{\$}{s_1}$$

$$\frac{\text{Causa de desejo}}{\text{Saber}} \rightarrow \frac{\text{Sujeito}}{\text{Produção}} \quad \xrightarrow[\text{Saber sobre Dora}]{\text{Freud}} \quad \frac{\text{Dora}}{\text{Significantes de Dora}}$$

É só na condição de causa de desejo que Freud pode escutar os deslizos, as equivações, os Outros sentidos produzidos pela cadeia significativa do discurso de Dora. Sem impor nenhuma verdade, o

analista se abstém do lugar do mestre, possibilitando nessa escuta, que o próprio analisante produza um saber sobre si. Verificando uma contradição entre o dizer de Dora e sua posição no discurso, Freud, ao relançar a palavra, instiga a sua jovem paciente a falar para tocar em algo do seu desejo, na questão: “disso tudo que te queixas, qual é a parte que te concerne?”

Segundo Souza (2008), o silêncio do analista, predicado do lugar de objeto causa de desejo [a], “possibilita ao analisante [\$], [...] interrogar seu desejo e fazer cada vez uma outra leitura disso que se realiza em ato, como formação do inconsciente” (p.148). Esse é o movimento de Freud quando questiona Dora sobre as suas queixas. Mesmo depois retomando o lugar de mestre, é fundamental notarmos que nesse momento Freud se diferencia do pai de Dora e do Sr. K., pois não assume o lugar de mestre, mas o de analista.

Por isso, “pode-se ler igualmente no discurso da psicanálise o *desejo do analista*, definido por Lacan como o desejo de obter a diferença absoluta – entenda-se, a posição radical do sujeito barrado” (COUTINHO JORGE, 2002, p.30). O desejo do analista é um conceito que deve ser associado a própria ética da psicanálise. Não raramente Lacan vincula o desejo do analista a figura de Sócrates, em particular, o Sócrates do *Banquete*, pois articula o desejo do psicanalista com a questão do amor de transferência. Trata-se assim, segundo Rabinovich (2009), “do desejo como desejo do Outro, desejo do Outro que é o objeto do desejo” (p.13).

A partir do seminário 8 “A transferência”, Lacan vai delineando as coordenadas que o analista deve atingir para ocupar o lugar que é o seu, “o qual se define como aquele que deve oferecer vago ao desejo do paciente para que se realize como desejo do Outro” (LACAN, [1960-61]/2010, p.137). Esse lugar próprio do analista é fundamental para o exercício da psicanálise, pois é somente a partir dele que se pode produzir em cada sujeito um “pouco de liberdade”. Sem isso, a prática psicanalítica se torna uma mera fraude.

Segundo Rabinovich (2009), “o psicanalista deve oferecer um vazio, deixar livre o lugar do próprio desejo” (p.14), que não deve estar ocupado por um objeto particular, do sujeito que opera a função de analista. Definido como um vazio, como um lugar onde algo poderá se instalar, o desejo do analista visa a singularidade do sujeito, aquilo que em cada falante é único.

Dora chega ao consultório de Freud levada pelo pai, que já o conhecia desde 1896, quando o procurou, indicado pelo já amigo Sr. K., para tratar de uma sífilis. O historiador Borch-Jacobsen (2012), em seu

livro “Os pacientes de Freud: destinos”, nos apresenta algumas informações interessantes acerca dos bastidores deste caso, uma delas é o seu real nome, Ida Bauer. Segundo Borch-Jacobsen (2012), a carta encontrada pelos pais em que Dora falava sobre suicídio, não é a única e talvez nem a mais importante razão que a levou a se tratar com Freud. O que estava realmente em jogo eram suas frequentes cobranças para que o pai se afastasse da família K. O pai estava impotente frente a filha. Não sabia mais como lidar com os seus sintomas. Foi nessa conjuntura que o pai se dirige a Freud para que este “curasse a filha da “doença” e lhe tirasse da cabeça todas essas embaraçosas ‘ficções’ a respeito do Sr. e da Sra. K.” (FREUD, [1905]/2006, p.78).

Desse modo, podemos dizer que o tratamento da jovem Dora é uma tentativa do pai, de restituir a filha ao lugar antes amoroso com ele e com a família K. Isto é, Dora entra em análise com Freud já ocupando o lugar de objeto, cuja função seria reproduzir um saber determinado por um “professor”, que neste caso, seria Freud. Para o pai, o que importava era submeter a filha a um outro lugar no discurso, não mais o de contestadora, mas o de complacente. Como no Discurso do Universitário, o pai de Dora confere a Freud a “educação” de sua filha, mas com a condição de que ele a eduque a partir dos seus interesses pessoais. Propomos matematizar o discurso que Dora entra em análise a partir do Discurso do Universitário:

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

$$\frac{\text{Saber}}{\text{Mestre}} \rightarrow \frac{\text{a-estudante}}{\text{Reprodução}} \quad \frac{\text{Freud}}{\text{Pai de Dora}} \rightarrow \frac{\text{Dora}}{\text{Dora "educada"}}$$

A tentativa do pai de Dora é fazer com que Freud, ocupando o lugar de saber, instruisse a filha a não mais interferir em seu romance com a Sra. K. Segundo Souza (2008), “no Discurso Universitário, o Saber já se constitui como algo que é dado pela intervenção do mestre e, desse lugar de dominância, busca controlar o ‘objeto’ de gozo” (p.144). Dora é levada para análise para ser “educada”, essa é a demanda e a verdade do pai. No entanto, o que Freud tenta instaurar é outra coisa.

Prova disso foi quando Dora comunicou ao pai sobre sua saída da análise e este não se opôs à decisão da filha, “pois compreendera que Freud não estava disposto a tornar-se cúmplice de sua ligação com a Sra. K” (BORCH-JACOBSEN, 2012, p.79). Contudo, já não seria mais possível o pai de Dora interferir na decisão da filha, pois naquele

momento, ele já perdera todo o controle sobre Dora. É ela quem reina sobre o pai-mestre.

Freud escuta a demanda do pai, escuta a demanda queixosa de Dora, mas a rigor, ele busca estabelecer, a partir dos seus próprios interesses, o seu método psicanalítico para conduzir o tratamento de Dora. Segundo Lacan ([1951]/1992), “Freud está bastante advertido da constância da mentira social para ser por ela enganado, mesmo vindo da boca de um homem que ele considera como lhe devendo uma confiança total” (p.91).

Tanto o Discurso do Mestre quanto o Discurso do Universitário se aproximam quanto à relação estabelecida entre o agente e o outro do discurso. Ambos são marcados por uma impossibilidade frente ao saber. Segundo Castro (2013), o DM indica uma impossibilidade de “mandar” no saber, já no DU, há uma impossibilidade de se educar pelo comando do saber. Além disso, os dois discursos não reconhecem o sujeito no lugar do outro, no DM o sujeito ocupa o lugar da verdade, aquilo que o mestre tenta encobrir para ser reconhecido como completo. Já no DU, o sujeito aparece na posição de (re)produção de um saber sustentado por um falo institucional, que segundo Coutinho Jorge (2002), “faz com que ele pareça um sujeito sem furo” (p.31).

Frente ao movimento discursivo verificado até o momento, podemos afirmar, assim como nos propõe Giacomoni & Vargas (2010), que o discurso é uma prática que constrói o seu sentido nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento. Segundo os autores, “um sujeito, quando ocupa um lugar institucional, faz uso dos enunciados de determinado campo discursivo segundo os interesses de cada trama momentânea” (p.122). Essas relações em movimento, caracterizam, segundo Foucault (2009), o próprio discurso enquanto prática. Portanto, a produção discursiva não se reduz à materialidade do significante. É o que está além das palavras que revela a instabilidade e a heterogeneidade de todo discurso, ou seja, a singularidade do sujeito.

Giacomoni & Vargas (2010) apontam três questões estabelecidas por Foucault em seu livro “A arqueologia do saber”, que permitem compreender a possibilidade de variação discursiva. São elas: 1) Quem fala?; quem é o sujeito, dentre todos os outros, que possui legitimidade para enunciar; 2) De quais lugares institucionais o sujeito obtém seu discurso?; 3) Que posições o sujeito ocupa em relação aos domínios ou grupos de objetos? Esses três questionamentos, segundo os autores, “põem o discurso em um jogo de relações, uma prática que articula *status*, lugares e posições e, em plena expressão discursiva, produz um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) posições de

subjetividade” (p.125). Na mesma direção, Lacan ([1969-70]/2007) afirma que os seus quatro discursos “nada mais são do que a articulação significativa, o aparelho, cuja a mera presença, o *status* existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode seguir de palavras” (p.177). São discursos sem palavras, subordinados a relação entre os lugares ocupados por cada elemento do discurso.

Seguindo a análise, retomaremos o Discurso da Histórica, contudo, sob uma outra perspectiva, a da feminilidade envolvida na relação de Dora com a Sra. K. Como nos lembra Serge (1998), Freud insiste na interpretação de que Dora não reconhecia que amava o Sr. K., quando na verdade ela amava e desejava a Sra. K. Esse amor dirigido a Sra. K. não estava relacionado a pessoa em si, mas ao enigma que ela incitava. Era a representação como mulher, amada e desejada pelo seu pai, que produzia em Dora a seguinte questão: “que objeto precioso essa mulher contém?” Privada pela mãe dos significantes que portam as marcas do feminino, Dora reivindica taxativamente o amor paterno, mas o pai, impotente, substitui, segundo Roitman (1992), “o falo imaginário pela circulação de presentes e favores no quadrilátero amoroso” (p.181). Aceitando o lugar de cúmplice da relação entre o pai e a amante, Dora, que até o momento ocupava o lugar de filha de pais “impotentes”, produz um lugar “entre” o amor de seu pai e daquela, que, segundo Dora, representa o mistério da feminilidade. Assim, “Dora invejava a Sra. K. por possuir o amor de seu pai, e contrariamente invejava o seu pai pelo amor dessa mulher” (MARISCAL, 1992, p.214).

Tomando o matema do DH, propomos a seguinte formulação acerca das relações entre Dora e a Sra. K.:

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

$$\frac{\text{Desejo}}{\text{Verdade}} \rightarrow \frac{\text{Outro}}{\text{Produção}}$$

$$\frac{\text{Dora}}{\text{Desejo insatisfeito}} \rightarrow \frac{\text{Sra. K.}}{\text{Enigma}}$$

Dora busca *ter* um saber sobre a feminilidade para justamente evitá-la. O saber, nesse caso, assegura o lugar passivo de Dora frente ao seu desejo. A histórica mantém-se num lugar *entre* o *ser* e o *ter*, evitando a passagem do lugar de menina desejada para o de mulher desejante. Por isso aqueles que tentaram produzir essa passagem em Dora são vetados. Manter o seu desejo insatisfeito é manter-se num lugar infantil, à espera dos pais. E é justamente nessa espera que a histórica exerce sua atividade sexual. Dora faz de tudo para manter a

relação amorosa entre o Pai e a Sra. K., porque, enquanto houver romance, a Sra. K. ainda ocupará para Dora o lugar de maestria frente ao enigma feminino, mantendo a busca de Dora ativa no mistério sobre a mulher, e afastando-a das questões sexuais inerentes ao tema.

No Discurso da Histérica, há sempre uma morte sendo anunciada, a do Outro, que deve ser silenciado caso desorganize o “equilíbrio” do seu sintoma, como a passagem do Sr. K. e de Dora na cena do lago. Segundo Serge (1998), o tema da morte está presente no Discurso da Histérica, sua verificação aparece sob o aspecto de sentir seu próprio corpo como um corpo morto. “Do corpo feminino, alguma coisa é deixada à morte, ao mutismo – precisamente aquilo que concerne seu sexo na medida em que ele se poderia opor ao falo que, este sim, é fundamentalmente falante” (SERGE, 1998, p.60). O silêncio da histérica pode ser lido como a negação do discurso, desse impossível de se inscrever como *todo* na relação entre o sujeito e o outro. A morte, uma das figuras que representam o real, revela o limite do significante frente ao impossível de sua simbolização, o que não significa dizer que não podemos falar sobre a morte, podemos, mas certos de que sempre faltará algo a ser dito.

O silêncio de Dora frente ao caso amoroso do pai tem muito a dizer sobre o seu lugar no discurso. Como afirma Orlandi (2011), “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante” (p.23), que revela uma verdade sobre Dora, que seu silêncio, sua cumplicidade, permitiu a relação do pai com a Sra. K. (LACAN, [1951]/1992). De acordo com Freud ([1905]/2006), assim como o pai não quis esclarecer o comportamento do Sr. K. na cena do lago, tornando-se conivente, Dora faz a mesma coisa com relação ao caso amoroso entre o pai e a Sra. K. “Tornara-se cúmplice desse relacionamento e repudiara todos os sinais que pudessem mostrar sua verdadeira natureza” (p.41-42).

A histérica está sempre buscando no Outro um complemento daquilo que não encontrou no pai. Por conta disso, devota-se a reparar essa falta, chegando por vezes ao sacrifício de sua vida pessoal, especialmente de toda vida amorosa. Sustentáculo do pai, a histérica se consagra em fazer do Outro a esperança de sua falta. No entanto, sabemos que a busca da histérica é a maneira pela qual se utiliza para preservar o seu desejo insatisfeito, já que ela sempre se dirige a um substituto do pai, que por sua vez, é sempre insuficiente (impotente). Por isso a demanda da histérica é uma demanda impossível, primeiro, porque é lançada para alguém (mestre) que não poderá satisfazê-la.

Depois, porque sua verdade não está na queixa, mas em outro lugar no discurso, para além da demanda.

Refletindo sobre esse paradoxo, podemos situar a fala da histérica não como aquilo que comunica o seu desejo, mas justamente o que encobre a possibilidade de sua construção. Se tomada a partir do seu enunciado, desconectada do seu lugar de produção, a fala é reduzida a um ato comunicativo, ignorando toda potência discursiva contida nas relações entre o sujeito e as palavras. Segundo Orlandi (2009), “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem” (p.43). Não é no dizer em si mesmo que o sentido é produzido, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo as posições ocupadas pelos sujeitos que constituem o discurso. De acordo com Granjeiro (2011), há uma unicidade entre o sujeito e o discurso. Quer dizer, o discurso traz o sujeito para cena, implicando-o na sua relação com o outro.

Retomando o caso Dora, podemos verificar a partir dos discursos desenvolvidos até aqui, que o “quadrilátero” amoroso que compõe o caso não se estabelece a partir da palavra, mas dos lugares ocupados por cada sujeito no discurso. Prova disso é que a verdade de cada discurso não é dita por nenhum dos seus integrantes, mas que em algum momento da relação ela irrompe modificando toda a estrutura discursiva, como no episódio do lago.

A modificação do discurso de Dora depois das palavras do Sr. K., que constituíam a verdade do seu discurso, demonstram, que as relações discursivas são estabelecidas a partir de um discurso sem palavras; e depois, que os sentidos produzidos por determinado discurso modificam-se conforme as novas configurações adotadas pelos elementos no discurso.

Para concluir, acreditamos que hoje, classificar o caso Dora como um fracasso seria uma injustiça. É inegável que Freud cede do lugar de analista frente as demandas de Dora, mas devemos considerar que esse lugar estava sendo construído naquela época. Foi justamente Dora quem possibilitou Freud a se questionar acerca do lugar do analista e “da parte que lhe concerne” no tratamento: a transferência.

É Dora quem ensina Freud sobre a heterogeneidade do discurso, dos vários sentidos que um enunciado pode assumir. Sobre o real sentido da demanda da histérica, que evidencia um saber não sabido para Freud, confirmando a sua noção de inconsciente. Ao destituir Freud do lugar de mestre, Dora o ensina que a escuta do analista deve estar além das palavras plenas, nas suas equivocções, naquilo que não foi dito, nos lugares ocupados pelo sujeito e pelo Outro no discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho não buscamos estabelecer uma conjunção entre a linguística e a psicanálise. Mas o contrário. Nosso objetivo foi desenvolver um diálogo entre essas duas áreas, que concluímos ser possível. Já que reconhecer o real que atravessa a linguagem, é aceitar que toda produção discursiva é sustentada por um semi-dizer, subordinado a posição que o sujeito ocupa no discurso. Desse modo, admitir que o *eu* não é senhor do seu próprio discurso, de que ele é *Outro* e seus atos dão prova de uma determinação inconsciente, é reconhecer que o sujeito é dividido, causado pela linguagem em toda sua heterogeneidade.

A partir do caso Dora, verificamos que o discurso, lugar que o sujeito ocupa na relação com o outro, é uma prática em movimento. Na análise do caso, pudemos apontar os vários sentidos que uma mesma relação pode assumir. Essa articulação foi importante, na medida que mostrou que ao longo de um tratamento analítico, analisante e analista podem ocupar diferentes lugares no discurso. Esse trânsito não sinaliza necessariamente um entrave na direção da cura e em certa medida é inerente a todo tratamento. O que pode comprometê-lo é a adesividade a um ou outro discurso que não o da psicanálise.

Buscamos demonstrar que as apropriações teóricas feitas por Lacan não apresentam nenhuma ameaça à linguística; pelo contrário, apropriar-se de um conceito é justamente reconhecê-lo em seu valor teórico; usufruir e subverter determinado termo, não exclui, em absoluto, o seu valor conceitual e tampouco compromete o seu conteúdo original. Uma prova disso é o retorno que Lacan faz à obra de Freud. A partir desses deslocamentos Lacan possibilita uma nova leitura da psicanálise, sendo que mesmo depois de suas apropriações, as contribuições freudianas não se tornaram ultrapassadas, ilegítimas. Nesse sentido, não há nenhum sentimento evolutivo na prática lacaniana, como a ideia de que Lacan tenha ultrapassado alguns conceitos linguísticos. Há, sim, uma diferença, que acreditamos ser fundamental para o desenvolvimento de qualquer área do conhecimento.

As articulações que desenvolvemos entre a psicanálise e a análise do discurso, talvez não sejam nenhuma novidade para o leitor já familiarizado com essas aproximações. No entanto, trouxemos o caso Dora para o trabalho, na expectativa de “aprofundar” as relações entre essas duas teorias. Apesar de ser este um texto bastante trabalhado por psicanalistas, é pouco conhecido entre os linguistas, pois aborda

questões clínicas. Foi dessa maneira que buscamos contribuir para um debate envolvendo a linguística e a psicanálise.

Ao discorrer sobre os quatro discursos lacanianos, buscamos tratá-los não como concorrentes, mas sim, apontar as diferentes maneiras de se estar no laço social. Não se trata de atribuir um valor a cada um deles, defender ou promover um sobre o outro, mas pensar os diferentes lugares que o sujeito pode assumir frente ao outro.

Assim como o discurso, que assume um lugar não-todo na linguagem, nosso trabalho também se apresenta como incompleto, limitado pelo alcance das palavras e do autor. Acreditamos que muitos desafios ainda se colocam no campo da linguagem e que as várias disciplinas que dela se ocupam, trazem contribuições distintas que ora se complementam e ora se afastam. Em um campo tão fértil e heterogêneo há espaço suficiente para que tanto a psicanálise quanto a linguística possam se beneficiar mutuamente, sem fazer desse campo, um campo de batalhas.

Para concluir, é importante salientar que tanto a psicanálise quanto a linguística possuem objetos e funções distintas frente à sua prática. Aceitar isso é reconhecer que a linguagem é uma resposta a inexistência da experiência única da verdade e que cada disciplina a compreende de acordo com o seu propósito teórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. L. S. **O pequeno e o grande Outro: conceitos de Lacan a partir de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2002. ISBN 987-85-7961-943-4.

ANDRÉ, S. **O que quer uma mulher?** Trad. Dulci Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: BARONAS, R. L. **Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 93-108.

ARRIVÉ, M. **Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. ISBN 85-7110-478-6.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativas. Trad. J. W. Geraldi. In: **Cad. Est. Ling.**, Campinas, (19): 25-42, jul./dez. 1990.

BIRMAN, J. A. clínica na pesquisa psicanalítica. In: **Psicanálise e Universidade**. São Paulo, 1992, p. 7-37.

BORCH-JACOBSEN, M. **Os pacientes de Freud: destinos**. Trad. Hélder Viçoso. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2012.

CASTRO, J. E. Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos. In: **Ágora** (Rio de Janeiro) v.XII n.2 jul/dez 2009.

_____. **Psicanálise: ética, discurso e ensino**. Curitiba: Appris, 2013.

COHN, S. Apresentação. In COHN, S.; PIMENTA, H. **Encontros - Maio de 68**. Trad. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

CONTÉ, C. **O real e o sexual: de Freud a Lacan**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. ISBN 85-7110-308-9.

COUTINHO JORGE, M. A. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: RINALDI, D.;

COUTINHO JORGE, M. A. (Org.) **Saber, Verdade e Gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Marca d'Água Livraria e Editora Ltda., 2002.

COUTINHO JORGE, M. A. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**. Vol. 1: As bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

DARMON, M. **Ensaio sobre a topologia lacaniana**. Trad. Eliana A. N. Do Valle. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DEZERTO, F. B. Da linguística Formal à Análise do Discurso: um breve percurso teórico. In: **Veredas**, 2/2010, p. 64-79.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Trad. Calos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DOSSE, F. **História do Estruturalismo: o campo do signo, v. I**. Bauru, SP: Edusc, 2007. ISBN 978-85-7460-323-0.

ELIA, L. **O “Averso da Psicanálise” e a formação do psicanalista**. In: RINALDI, D.; COUTINHO JORGE, M. A. (Org.) **Saber, Verdade e Gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Marca d'Água Livraria e Editora Ltda., 2002.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. ISBN 978-85-7110-815-8.

FÉDIDA, P. **Nome, figura e memória: a linguagem da situação psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 1992.

FINK, B. **O sujeito lacaniano: entra a linguagem e o gozo**. Trad. Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. ISBN 978-85-7110-447-1.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

_____. O que é um Autor? In: **Ditos e escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, [1900]/2013.

FREUD, S. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.I, [1886-89]/2006.

_____. Estudos sobre a histeria. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.II, [1893]/2006.

_____. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.VI, [1901]/2006.

_____. Fragmento da análise de um caso de histeria. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.VII, [1905[1901]]/2006.

_____. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.VIII, [1905]/2006.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.X, [1909]/2006.

_____. Psicanálise “Silvestre”. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XI, [1910]/2006.

_____. A elaboração onírica. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XV, [1915-16]/2006.

_____. O conteúdo manifesto dos sonhos e os pensamentos oníricos latentes. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XV, [1915-16]/2006.

_____. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XVII, [1917]/2006.

_____. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XVII, [1919]/2006, p. 171-181.

_____. Além do princípio do prazer. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XVIII, [1920]/2006.

_____. Psicologia de Grupo e a análise do ego. In: (Ed.). **Edição Standart Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XVIII, [1921]/2006.

GARCIA-ROZA, L. A pesquisa do tipo teórico. **Psicanálise e Universidade**, n.1, 1994, p. 9-31.

GARCIA-ROSA, L. **Freud e o Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GARCIA-ROZA, L. **Introdução à metapsicologia freudiana, v.2: a interpretação do sonho (1900)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. ISBN 85-7110-255-4

GIACOMONI, M. P. & VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. In: **Veredas**, 2/2010, p. 119-129.

GRANJEIRO, C. R. P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 33-46.

GREEN, A. O silêncio do psicanalista. In: NASIO, J.-D. **Psychê**. Trad. Martha Prada e Silva. São Paulo: Ano VIII – n.14. jul.-dez., [1979]/2004.

HUSSERL, B. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. ISBN 85-00-00793-1.

IANNINI, G. **Estilo e verdade em Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, V.6, n.1, Jan./Jun. 2003, P. 115-138.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010. ISBN 978-85-316-0227-6.

KATZ, C. S. Freud, o “o caso Dora” e a histeria. In: **A histeria, o caso Dora: Freud, Melanie Klein, Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

KAUFMAN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Trad. Vera Ribeiro e Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. ISBN 978-85-7110-360-3

KRISTEVA, J. & RUDELIC-FERNANDEZ, D. Linguística & Psicanálise. In: ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 661-670.

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.869-892.

_____. A coisa freudiana ou sentido do retorno a Freud em psicanálise. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.238-324.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Posição do inconsciente. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.843-864.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: (Ed.). **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.807-842.

_____. Intervenção sobre a transferência. In: **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, [1951]/1992.

_____. **O seminário – Livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Zahar, [1953-54]/1983.

_____. **O seminário – Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Trad. Marie Christine Laznik Penot com a colaboração de Antônio Luiz Quinet de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar, [1954-55]/2010.

_____. **O seminário – Livro 3: as psicoses**. Trad. Aluísio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, [1955-56]/2008.

_____. **O seminário – Livro 8: a transferência**. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1960-61]/2010.

_____. **O seminário – Livro 10: a angústia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, [1962-63]/2005.

_____. **O seminário – Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1964]/1979.

_____. **O seminário – Livro 17: o avesso da psicanálise**. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, [1969-70]/2007.

_____. **O Seminário. Mais, ainda . Livro 20**. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

_____. **O Seminário. O sintoma . Livro 23.** Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LAPLANCHE, J. La enseñanza del psicoanálisis en la Universidad. In: **Interpretar [con] Freud y otros ensayos.** Buenos Aires: Nova Visión, 1978, p. 97-112.

_____. **Problemáticas I: A angústia.** Ed. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco.** Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

KOJÈVE, A. **Introdução a leitura de Hegel.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2002.

MALEVAL, J. C. **La forclusión del Nombre del Padre, El concepto y su clínica.** Buenos Aires: Paidós, 2009.

MALISKA, M. E. **Entre linguística & psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure.** Curitiba: Juruá, 2002. ISBN 85-362-0576-8

MARISCAL, D. L. Dora e o discurso histórico. In: **A histeria, o caso Dora: Freud, Melanie Klein, Jacques Lacan.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

MELMAN, C. Sintoma. In: KAUFMAN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. ISBN 978-85-7110-360-3

MERQUIOR, J. G. **De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista.** Rio de Janeiro: Editora nova fronteira S/A, 1991.

MEZAN, R. Que significa “pesquisa” em psicanálise? In: **A sombra de Don Juan e outros ensaios.** São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 885-117.

_____. Psicanálise e Pós Graduação: Notas, exemplos, reflexões. **Psicanálise e Universidade**, n.14, 2001, p. 121-162.

_____. Que tipo de ciência é, afinal a psicanálise? *Natureza Humana*, v. 9, n. 2, 2007.

MILLER, J-A. **Matemas I**. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. ISBN 978-85-268-0980-2.

_____. Linguística e psicanálise. **Revista estudos lacanianos**, v.3, n.4. Belo Horizonte, 2010. ISSN 1983-0769.

MORIN, E. O jogo que tudo mudou. In COHN, S.; PIMENTA, H. **Encontros - Maio de 68**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

OLIVEIRA, C. O chiste, a mais valia e o mais de gozar. In: **Revista Estudos Lacanianos**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a05.pdf> Acesso em: 29 nov. 2015.

ORLANDI, E. P. Análise do discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

QUINET, A. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RABINOVICH, D. S. **O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009. ISBN 85-85717-42-4.

REIK, T. No início é o silêncio. In: NASIO, J.-D. **O silêncio na psicanálise**. Trad. Martha Prada e Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1926]/2010.

RIBEIRO, E. S. Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce. **Estudos semióticos**, v.6, n.1, 2010. ISSN 1980-4016

ROITMAN, A. Procura, dora. In: **A histeria, o caso Dora: Freud, Melanie Klein, Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. **Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 2008. ISBN 978-85-359-1259-3.

SAFOUAN, M. **O inconsciente e seu escriba**. Trad. Regina Steffen. Campinas, SP: Papyrus editora, 1987.

SAFRA, G. Pesquisa com material clínico. **Psicanálise e Universidade**, n.1, 1994, p. 51-72.

SARGENTINI, V. M. O. A noção de formação discursiva: Uma relação estreita com o *corpus* na análise do discurso. In: BARONAS, R. L. **Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 283-91.

SAUSSURE, F. **Curdo de linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006. ISBN 978-85-316-0102-6.

SCHÄFFER, M., SETTINERI, F. F., BARBISAN, L. B., TEIXEIRA, M., NÓBREGA, M., FLORES, V. N. E BRAUNER, M. A constituição da subjetividade: a questão do significantes. In: SCHÄFFER, M., FLORES, V. N. e BARBISAN, L. B. (orgs.). **Aventuras do sentido: psicanálise e linguística**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. ISBN 85-7430-275-9.

SETTINERI, F. F. Quando falar é tratar: o funcionamento da linguagem na interpretação psicanalítica. In: SCHÄFFER, M., FLORES, V. N. e BARBISAN, L. B. (orgs.). **Aventuras do sentido: psicanálise e linguística**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. ISBN 85-7430-275-9.

SOLER, C. **O inconsciente: que é isso?** Trad. Cícero Alberto de Andrade Oliveira e Dominique Fingerhann. São Paulo: Annablume, 2012. ISBN 978-85-391-0408-6.

SOUTO, L. A. S., D'AGORD, M. R. L. & SGARIONI, M. M. Gozo e mais-de-gozar: do mito à estrutura. In: **Clínica & Cultura** v.3, n.1, jan.-jun. 2014, 34-44.

SOUZA, A. **Os discursos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008. ISBN 978-85-7724-062-3.

STERNICK, M. V. C. A imagem do corpo em Lacan. In: **Reverso**, Belo Horizonte. Vol.32 n.59, jun. 2010.

VILLELE DIAS, M. G. L. **Do gozo fálico ao gozo do outro**. Agora (Rio de Janeiro) v.XI n.2 jul/dez 2008.

ZOLTY, L. O psicanalista à escuta do silêncio. In: NASIO, J.-D. **O silêncio na psicanálise**. Trad. Martha Prada e Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.